



ZER0

CURSO DE JORNALISMO DA UFSC ANO XXV, NÚMERO 9 - FLORIANÓPOLIS, JUNHO DE 2008

Thiago Prado Neris



Escolas em regiões de risco fazem mais do que ensinar

No Centro Educacional Municipal Renascer, localizado no Morro do Pedregal, em São José, professores e direção buscam alertar os alunos contra a agressividade e incentivar os estudos através de projetos. Apesar das iniciativas, a escola ainda precisa lidar com problemas como a violência doméstica e as condições precárias da comunidade.

páginas 8 e 9

MEC estimula mudanças na Saúde

Para colocar o conhecimento acadêmico dos alunos em prática e inseri-los na realidade sanitária brasileira, 89 cursos da área de saúde do país já se adequaram às diretrizes do Programa Saúde na Família (PSF). O projeto prevê a redução das filas de espera no Sistema Único de Saúde (SUS) e o incentivo à formação de profissionais generalistas. Na UFSC, o curso de medicina, assim como o de odontologia e enfermagem, passou por mudanças no currículo a fim de se voltar ao atendimento comunitário, recebendo apoio financeiro através de programas do Ministério da Saúde. A relação entre a filosofia inerente à proposta e as verbas envolvidas, no entanto, é um ponto de discussão, já que muitos cursos poderiam se vincular ao programa somente em função dos incentivos financeiros.

páginas 6 e 7

Marketing

Tom Papp/Divulgação



"Ser 4X4": competição e estratégia

Empresas do setor automobilístico unem publicidade e esporte

Para alavancar as vendas, fabricantes de automóveis do setor 4X4 investem na relação direta com o cliente através de competições off-road. As mais famosas optaram pela estratégia de transformar o produto de alto valor em estilo de vida para seus consumidores.

página 11

Idioma

Iphan inclui talian no Inventário Nacional de Diversidade Lingüística

Praticado no círculo familiar, o dialeto vênето é falado por cerca de 500 mil pessoas em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Com a participação no Livro de Línguas, o talian pode ser incluído no Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial.

página 13

Segurança

Tribunais itinerantes atuam nos estádios de Santa Catarina

O programa Justiça Presente, único no Brasil, procura agilizar o julgamento de pequenos delitos em eventos de grande porte, como jogos de futebol. A movimentação de patrulhas e policiais diminui com a realização do trabalho da equipe do juizado no próprio local.

página 14



Camilla Brandalise

Juízes, advogados, promotores e delegados zelam pela segurança nos jogos

Bicicletas

Projeto da prefeitura de Florianópolis depende de conscientização

Com a iniciativa, a administração municipal pretende dobrar a área construída em ciclovias na cidade, que hoje é de pouco mais de 18 km. As obras, porém, causam bloqueios temporários nas estradas e congestionamentos, o que está provocando reclamações de moradores e motoristas.

página 4

ZERO
 FLORIANÓPOLIS, JUNHO DE 2008 - CURSO DE JORNALISMO ANO XXV, NÚMERO 8

JORNAL LABORATÓRIO ZERO
 Ano XXV - Nº 9 - Junho 2008
 Universidade Federal de
 Santa Catarina - UFSC
 Fechamento: 30 de junho

Curso de Jornalismo - CCE - UFSC
 Trindade - Fpolis - CEP 88040-900
 Tel.: (48) 3721-6599 / 3721-9490
 Blog: www.zero.ufsc.br
 E-mail: zero@cce.ufsc.br

REDAÇÃO

Cauê Oliveira, Carolina Pompeu Grando, Danièle
 Carvalho, Danielle Reis, Eduardo Wolff, Fernanda
 Friedrich, Filipe Speck, Grazielle Schneider, João
 Gustavo Munhoz, Juliana Gomes, Livia Andrade,
 Manuela Franceschini, Mariana Hillgert, Mayara
 Rinaldi, Nanni Rios, Tarsila Paula Farias

EDIÇÃO

Capa e opinião: Grazielle Schneider, Mariana Hillgert
Entrevista: Juliana Dal Piva **Política:** Fernanda
 Friedrich, Carolina Grando **Economia:** Camila
 Brandalise **Especial:** Juliana Dal Piva **Ciência &**
Tecnologia: Julie Philippe **Cultura:** Nanni Rios
Esporte: Livia Andrade **Contracapa:** Eduardo Wolff

FOTOGRAFIA

Eduardo Wolff, Thiago Prado Neris, Camila Brandalise,
 Filipe Speck, Livia Andrade, Laura Daudén, Sofia Franco

EDITORIAÇÃO

Annelize Conti, Camila Brandalise, Carolina Grando,
 Cauê Oliveira, Eduardo Wolff, Flávia Schiochet, Fernanda
 Friedrich, Grazielle Schneider, Juliana Dal Piva, Juliana
 Gomes, Julie Philippe, Larissa Linder, Mariana Hillgert,
 Pedro Dellagnelo, Thiago Prado Neris, Vera Flesch

PROFESSOR-COORDENADOR

Tatiana Teixeira
 DRT-BA 1766

COORDENAÇÃO GRÁFICA

Prof. Lucio Baggio
 DRT-SC 01084JP

MONITORIA

Isadora Peron

AGRADECIMENTOS

Pró-reitoria de assuntos estudantis (PRAE)



Melhor Peça Gráfica I, II, III, IV e XI
 Set Universitário / PUC-RS
 1988, 89, 90, 91, 92 e 98



Melhor Jornal-laboratório
 I Prêmio Foca
 Sind. dos Jornalistas de SC, 2000



3º melhor
 Jornal-laboratório do Brasil
 EXPOCOM 1994

Impressão: Grafiorite
 Circulação: Nacional
 Distribuição: Gratuita
 Tiragem: 5.000 exemplares

EDITORIAL

Educação e violência

O Sinduscon de Florianópolis, entidade que representa a classe patronal da indústria da construção civil, estima que um terço dos moradores da capital viva em situação de risco, nas 63 favelas da cidade. Dados apurados pela reportagem do ZERO mostram ainda que, das 37 escolas municipais, cinco estão nessas áreas, o que afeta 2.097 dos 16 mil alunos de Florianópolis. Em São José, na Grande Florianópolis, a situação não é diferente. Um levantamento feito pelo Conselho Operativo do Programa Fome Zero (COPO), em 2003, aponta para um total de 2.700 famílias vivendo em nove áreas ou comunidades do município em situação de exclusão socioeconômica. Um quinto da população de São José vive na pobreza, conforme uma pesquisa do Instituto CEPA, também de 2003. A situação escolar, apurada pela nossa equipe, abrange 4.200 alunos estudando em seis escolas localizadas em regiões de risco.

Talvez sejam essas as razões para a cidade estar na 25ª posição do ranking nacional no que diz respeito à vitimização juvenil, apresentado no Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros, divulgado em janeiro deste ano pela Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (Ritla), com dados de 2006. Em média, quase 50% do número total de homicídios em São José afetam a população jovem. Em Florianópolis, são 32,8 homicídios para cada 100 mil habitantes. No ranking das capitais estaduais mais violentas, a catarinense aparece na 18ª posição dentre as 25. Se comparada a outros municípios do Brasil, a média de homicídios não é ruim. Os resultados da pesquisa poderiam até ser comemorados. Porém, a base de comparação deve ser a situação

da própria cidade nos tempos em que tinha índices semelhantes aos das regiões mais desenvolvidas do mundo. A taxa de homicídios era de 4,9 para cada 100 mil habitantes, em 1980, e de 9,6, em 1990. De 2002, quando era de 17,2, até hoje, ela quase duplicou. Portanto, se forem analisados os resultados de Florianópolis com os da Florianópolis-dos-sonhos de antigamente, a situação é preocupante.

A partir do momento em que a população passa a conviver com essas mudanças sociais sem questioná-las, em uma situação de aparente normalidade, pode-se perceber a atuação omissa ou insuficiente dos órgãos públicos. A realidade apresentada na reportagem do ZERO - uma comunidade convivendo com naturalidade com tiroteios, alunos amassando giz para brincar de vender cocaína e funcionários obrigados a se adaptar aos "horários da violência" até para pegar ônibus - não é, com certeza, um ambiente ideal para a formação escolar. Para tentar reduzir a violência e, por consequência, as mortes, a prefeitura já tentou, inclusive, instalar um posto policial dentro de uma das escolas de São José, localizada no Morro do Pedregal.

Tentar resolver somente a ponta mais visível da questão não vai resultar em muitas soluções. Situações como esta deviam ser acompanhadas de perto pela administração municipal, estadual e até federal. Falta apoio psicológico aos alunos e às famílias, falta segurança para um ambiente saudável de aprendizado e, em alguns casos, faltam até recursos e materiais básicos. Mas, principalmente, falta o empenho para identificar e sanar estes problemas a partir de suas raízes.

CHARGE



Sobre o chargista

Murilo Ribeiro Polla, autor desta charge, tem 23 anos e cursa a 11ª fase do curso de Engenharia de Controle e Automação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Entre provas e trabalhos, o quase formado engenheiro desenha por diversão e aproveitou o espaço do ZERO para mostrar o seu trabalho. Quer entrar em contato com ele? Escreva para: murilo80@hotmail.com

Para os chargistas

Se você é daqueles que quando lê uma notícia logo a imagina numa charge, desenhe para o ZERO e envie para o e-mail: zero@cce.ufsc.br. Sua charge também pode ser publicada nesse espaço e fazer parte das próximas edições do nosso jornal.

**ZERO
 NO
 TEMPO**



Os encontros de Neuróticos Anônimos (N/A) são um dos temas de Cultura deste ZERO. Para conhecer o grupo - que começou em 1976, foi desativado e voltou a funcionar em 2002 - nossa repórter foi até o local das reuniões e participou de uma. Em 1997, um repórter do ZERO saiu da sala de aula com a mesma pauta em mãos. Mas, como naquele ano o N/A ainda não havia retornado ao trabalho, ele teve que buscar uma idéia nova. Depois de tanta busca, encontrou, enfim, o grande tema da sua matéria: os Comilões Anônimos. As histórias dos integrantes da Irmandade renderam uma reportagem de duas páginas naquela edição especial do jornal-laboratório. No final, o repórter apresentou uma lista dos diversos grupos do gênero e, com humor, relatou as aventuras dele e da fotógrafa pelo mundo, até então, não muito desbravado dos grupos de auto-ajuda.

CARTAS

Reconhecimento

Acuso o recebimento e agradeço a gentileza da remessa de exemplar da edição a seguir enunciada do informativo do ZERO e felicito essa instituição pela qualidade da publicação: Ano XXV, Maio de 2008, Número 8.

Maurício Azêdo, Rio de Janeiro
 Presidente da Associação Brasileira de Imprensa

Zero em Revista

Sou estudante de jornalismo da UFPR. Estive no Intercom Sul 2008 e tive acesso a um exemplar do ZERO (de outubro de 2007). Gostaria de dizer que estou simplesmente fascinado com o profissionalismo e talento que a equipe demonstra em cada matéria.

Henrique Kluger, Curitiba

Sugestão

Primeiro gostaria de dar meus parabéns pelo Jornal Zero, confesso que não esperava encontrar um material de tão alta qualidade. Por que o ZERO não utiliza as novas ferramentas da web? Pensei principalmente em podcasts com discussões sobre temas divergentes, reportagens, matérias, resumo de notícias do mês.

Kaléu Caminha, Florianópolis

A equipe do ZERO agradece pelos comentários. Estudaremos as possibilidades para o próximo semestre. Até o momento, nossa experiência na web envolve o blog: www.zero.ufsc.br.

PARABÉNS!

Os integrantes de nossa equipe Thiago Prado Neris e Larissa Linder foram premiados na categoria fotos individuais da 14ª Maratona Fotográfica de Florianópolis.

Fotos: Filipe Speck



Ryana Gabech nasceu em Campinas, no estado de São Paulo, mas mudou-se para Itajaí, em Santa Catarina, quando ainda era criança. Hoje, mora em Florianópolis, onde já escreveu três livros: *Mar e avelãs* (2001), *A data invisível do poema* (2006), *Trêmulo* (2008).

Do poema à música, uma artista

Aos 15 anos, ela vendia seu primeiro livro de poesias em bares. Em abril, aos 23 anos, Ryana Gabech ganhou o Festival da Música e da Integração Catarinense 2008 (Femic) como compositora de *Travesseiro de Estrelas*, um dos seus poemas musicado por Alegre Corrêa. Sem perder tempo, em julho, lança o livro e o CD *Trêmulo*. São 17 faixas que misturam poemas interpretados e músicas de vários estilos, transitando desde o clássico até o rap. A poetisa estuda Artes Plásticas na Universidade do Estado de Santa Catarina, mas, como ela mesma garante, já é artista há muito tempo.

ZERO - Qual a temática dos seus livros? Ryana Gabech - Tem sempre a onda do momento, né? No primeiro livro, eu buscava uma coisa mais simples, acho que até para me firmar como poeta, algo inconsciente. Eu tinha um cuidado excessivo com o poema e retornava nele muitas vezes para limpar e tal. Mas com este não. Se num poema eu falo de um pó, este pó vai estar em todos os outros poemas do livro. Esse novo livro tem muito a ver com o corpo, os poemas são três vezes mais gigantes. O *Trêmulo* é um livro que fala sobre as duas esferas mais utópicas de prazer e de dor, por isso o nome, porque a gente treme de prazer e de dor. Ele vem muito mais dentro, põe questionamentos em tudo, tem dor, a palavra meio que treme.

Que resultados você espera em relação ao CD?

Acho que a marca dele é a versatilidade. Antes, isso até me incomodava. Afinal, ia ser um CD de quê? Mas a gente conseguiu definir que seria um CD de poesia, em todas as suas facetas, com a música, com o hiphop, ou sozinha. Quando a pessoa está ouvindo um som e no meio aparece uma voz e um poema de um minuto, ela sem querer já está decorando e se identificando. Logo depois entra uma música e assim vai. Esse formato que ele ganhou ficou interessante pra ouvir, porque se fosse um livro só de vezes ninguém agüenta. Se fosse só de hiphop não ia ter a minha cara, se fosse só com as músicas do Alegre [Alegre Corrêa, músico instrumentista] ia ficar muito triste, melancólico, muito dentro. Então tem um pouco de cada coisa. O melhor foi reunir todas essas pessoas muito boas em prol da poesia.

A idéia de vocês é explorar os elementos ou o resultado final?

Os dois. É não ficar o corpo parado e criar uma certa atmosfera íntima. O palco tira a idéia do acontecimento, de pegar pessoas de surpresa, da pessoa se incomodar com você, de ela ficar braba com você. Eu sou debochada na minha performance faço uma introdução e começo a chamar as pessoas: 'ô menina bonita, ô gostosa'. No meio do público, isso desconcerta um pouco, no palco não é assim. Outra diferença é que quando a pessoa está do seu lado falando a poesia para você, você não tem a postura de ouvinte, ou espectador, mas sim de estar junto. A performance acontece sempre, mas nunca é igual. Ela está sempre dentro de um ambiente, e dialoga com este ambiente, ela nunca está pronta. É um desafio constante, por isso que eu escolhi. Se fizesse só teatro, ou apresentação eu ia encher o saco.

Então você espera sempre causar uma reação não indesejada, mas sempre inesperada. Já aconteceu alguma coisa que lhe chamou a atenção, que marcou?

O que acontece na performance é geralmente uma mistura de espanto com estranhamento. O meu trabalho mais difícil não é vender livro, nem fazer uma poesia, mas sim fazer uma performance, e fazer com que ela seja bem aceita. É muita verdade na cara das pessoas. Às vezes, a frigideira vira o ralo.

Eu joga ela no chão e pergunto 'aquilo é o ralo?', o ralo que ninguém se atreve a pisar? Mas se olhar bem no fundo todo mundo é de lá! É o ralo, é o ralo! Eu ralo, você não rala? Abre a tampa do bueiro ou espie a TV, ou se já é alienado, olhe dentro de você. É o ralo, é o ralo'. Ou seja, eu estou dentro do ralo. É pesado. Tanto é que eu não tenho muitos convites para apresentar minhas performances. O meu desafio agora é pegar essas bases do CD e fazer mais leve, porque ela é muito densa. Acho que é por isso que não estou dando certo com isso (risos).

O que é "O Ralo"?

É o primeiro rap que eu escrevi, fala sobre a favela brasileira. Na verdade, a favela é o ralo, é o lugar que ninguém olha, ninguém abre a tampa, mas todo mundo, de alguma maneira, precisa dela. Ela existe, ela é quase que patrocinada. Se você precisa de drogas, você tem de ir lá, se você precisa de alguma coisa do camelô, o cara mora lá, sua faxineira mora lá, (canta) 'quase ninguém se atreve a pisar, mas se olhar bem no fundo todo mundo é de lá, é o ralo, é o ralo'. Essa música está no livro.

Como é a sua relação com o teatro?

Eu fiz um curso básico em Itajaí, mas eu não gostava. Eu queria só escrever, não queria representar. Quando eu vim pra cá [para Florianópolis] estudar no Ceart, que é integrado, eu me interessei em apresentar a poesia de outra maneira. Fui dialogando e comecei a ver a necessidade de saber teatro para poder usá-lo. Em alguns momentos, a minha performance é totalmente teatro. Então eu senti falta deste conhecimento, porque não é só ficar falando a poesia, tem que ter uma postura.

Tem alguém fazendo alguma apresentação parecida com a sua?

Eu vi a da Telma Scherer [poeta gaúcha]. É bem parecido com a minha. Chama-se *Rumor da Casa*. Ela entra com uma caixinha, joga um papel branco e fala o poema. Pode ser em qualquer lugar. Essa é a diferença entre a declamação e a performance: você se adapta ao lugar. Uma vez apresentei uma performance num *lounge* com música eletrônica. Eu entrei com a frigideira e conquistei a atenção do pessoal. Então a performance é pra qualquer lugar, ela tem que se adaptar. A Telma entra pedindo pras pessoas falarem baixinho, fazendo "sh, sh, sh" no meio da história. Está todo mundo fazendo outra coisa, todos sabem que vai rolar uma performance, mas não sabem a hora em que ela vai entrar. Não tem palco, não tem microfone. É um acontecimento, entendeu? Na apresentação tradicional, tem que ter o som adequado, tem que ter uma partitura... a gente não faz assim. A gente emenda um poema no outro. O meu é um trapo amarrado no outro, o da Telma é uma caixinha em que ela vai tirando coisas.

A idéia de levar o *Travesseiro de Estrelas* pro Femic foi posterior à produção do material?

Sim. Quando o Alegre musicou meu primeiro poema, eu fiquei com receio de fazer qualquer coisa com aquela música. Era sagrado. Pra mim, o Alegre é 'O cara', admiro muito o trabalho dele. Depois desse, a gente continuou trocando emails e ele fez a segunda música, fez a terceira... Então eu comecei a ver que tinha um caminho ali, porque ele estava levando a sério. Como eu passei no edital da prefeitura e não consegui captar, deixei o projeto com uma amiga. Ela que fez a inscrição no femic, porque eu estava viajando. Na semana seguinte tinha que tocar. Daí falei com o Alegre e ele achou legal a idéia do femic e disse que ia ser super bonito se a Gabi [Gabriela Corrêa] gravasse 'Travesseiro de Estrelas', que é a preferida dele.

O que você achou dos critérios do Femic?

Não sei como foi da outra vez, mas nesta edição notei que todos os jurados tinham uma bagagem musical, uma experiência. A minha música foi eleita por um júri que estava atrás de coisas novas, só que mais rebuscadas. As pessoas dizem que é uma música bonita, que arrepiava, que emociona, como o que acontece com a poesia. Mas a minha música não é popular, porque não atinge tão diretamente. O júri desta edição era deste patamar. Algo mais simplório não bastava para eles, tinha que trans-

parecer conhecimento musical. Acho que 70% dos músicos que participaram do Femic não sabem escrever uma partitura. O Femic é um resgate, não é pra revelar ninguém. É pra valorizar o que já existe e pra resgatar a cultura do festival. Acho ruim a competição, é muita gente diferente, estilos tão distintos.

Atualmente como você paga as contas?

(risos) Bom, sou monitora de arte na Fundação Cultural Badesc, mas quero vender o livro e viver disso. Meu grande problema era ter o dinheiro para fazer o livro. Como ganhei o patrocínio da Eletrosul, o dinheiro da venda vem pra mim. Se eu vender a mesma coisa que sempre vendi, eu sobrevivo. Eu pretendo fazer as apresentações, divulgar ele, e continuar escrevendo, criando. O lance do artista é criar, ele é preso nessa dimensão, e um trabalho mais formal tira muito isso, esse tesão de estar produzindo. Acho que é possível viver de tudo que é verdadeiro na gente. De tudo que possa ser encarado como verdade e identidade. Se você não se assume como artista, as pessoas também não vão te enxergar como tal. O que me fez vender muito livro é que eu me assumi desde cedo como artista. O que fez o Alegre usar meus poemas, não foi porque meus poemas são bonitos, ele já falou isso. Foi pelo fato de eu estar num bar vendendo minha poesia.

Nanni Rios e Filipe Speck



Na capital de Santa Catarina, a ausência de ciclovias em ruas de grande movimento obriga motoristas e ciclistas a disputarem espaço no trânsito. Apenas a construção de faixas exclusivas para bicicletas não resolve o problema

Florianópolis ganha novas ciclovias

Embora promova maior segurança para ciclistas e motoristas, transtorno provocado pelas obras gera discussões

O projeto *Florianópolis – cidade amiga da bicicleta*, lançado em 2007 pela prefeitura municipal, está provocando divergências. O pacote de obras prevê a construção de oito ciclovias em pontos distintos da cidade, totalizando 18.360 metros de extensão, quase o dobro da área existente hoje. Todas as obras já estão em execução e o transtorno causado é inevitável: bloqueio temporário das vias e congestionamento.

Alguns moradores e motoristas que circulam pelas áreas beneficiadas com as ciclovias não aprovam os problemas decorrentes. “Me diga, para que esse transtorno todo? Eu não vou abdicar do meu direito de sair de carro para ir a qualquer lugar! Suar numa bicicleta para ir ao trabalho... Nem morto!”, disse um motorista de um Renault Clio prata sobre a faixa exclusiva para ciclistas em construção na rua Delminda Silveira, no bairro Agrônômica.

A opinião do condutor ilustra bem um dos obstáculos enfrentados pelo projeto: a resistência que muitas pessoas têm em relação ao uso da bicicleta como meio de transporte urbano e diário. Para tentar amenizar essa situação, a prefeitura já iniciou a distribuição de panfletos, nas regiões próximas às obras, para orientar e alertar motoristas, ciclistas e pedestres sobre os benefícios do uso da bicicleta para o trânsito, meio-ambiente e a própria saúde dos condutores.

Mas não são apenas as pessoas que não utilizam as ciclovias que têm queixas sobre as obras. Vários ciclistas reclamam

que elas estão sendo construídas em locais errados, como Antônio Carlos Silveira, morador da região do Campeche, que terá acesso por uma ciclovia construída em todo o percurso da avenida Pequeno Príncipe. “Para chegar em casa, eu tenho que pegar a Gramal (rua que cruza a Pequeno Príncipe). Lá os carros andam em alta velocidade, mesmo com as lombadas, além de a rua ser estreita, fazendo com

que os carros passem muito próximos da guia, por isso é grande o risco pra quem quer pedalar por lá”, conta Silveira.

A arquiteta do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), Vera Lúcia Gonçalves, explica que em algumas ruas, como a Gramal, é impossível construir faixas exclusivas devido ao espaço. Os critérios avaliados para decidir que vias receberão as ciclovias consideram basicamente o fluxo de pessoas e de veículos motorizados que circulam pelo trecho diariamente, a velocidade média registrada e o espaço disponível para a adaptação, que muitas vezes é insuficiente para a execução da obra.

Apesar de não agradar a todos, Milton Della Giustina, presidente da Associação dos Ciclousoários da Grande Florianópolis (Via Ciclo) e ex-ciclista profissional, acredita que as ciclovias em construção são o primeiro passo para a massificação do uso da bicicleta e o começo de uma conscientização da população sobre o que é o trânsito. “Os motoristas têm que entender que quanto mais espaço deixarem para os ciclistas, mais espaço sobrá para eles, e isso também diminuirá o

trânsito”, diz Giustina, que também destaca a bicicleta como meio de transporte ecologicamente correto e mais saudável.

Movimentos sociais

A construção das faixas exclusivas é apenas parte de um projeto que objetiva criar uma malha cicloviária consistente, eficiente e segura. Para atingir essa meta são necessárias medidas que vão muito além das obras da prefeitura. Convencer as pessoas de que andar de bicicleta é viável requer uma série de alterações no ambiente urbano: infra-estrutura adequada, maior segurança no trânsito e conscientização dos condutores de veículos automotores - que devem entender que os ciclistas têm o mesmo direito de utilização das vias e são beneficiados pelas leis de trânsito.

Para tentar resolver esses problemas, surgiram movimentos sociais para pressionar a sociedade e a administração pública a favor de um transporte que facilite a mobilidade e o acesso aos mais diversos locais respeitando as necessidades dos moradores e a conservação ambiental. Em Florianópolis, grupos de moradores participam das discussões sobre o Plano Diretor que definirá as diretrizes para o crescimento urbano da capital.

Um dos mais ativos é formado pelos representantes dos bairros que compõem a Bacia do Itacorubi: Itacorubi, Trindade, Santa Mônica, Córrego Grande e Pantanal. Em documento encaminhado à administração municipal pelas lideranças das comunidades - em média, 30 pessoas -, fica clara a preferência às bicicletas como meio de transporte mais acessível e cômodo para a região.

Um Plano Diretor que priorize a bicicleta e o transporte público também pode reduzir os gastos com obras de duplicação de vias e construção de elevados, muito mais altos do que os recursos que seriam destinados à adaptação de uma região às ciclofaixas, cujo custo fica em média em R\$ 100 mil por quilômetro em vias já existentes, e em torno de R\$ 150 mil em terreno nu. É possível construir dez quilômetros de ciclovias com o valor gasto em um de capeamento asfáltico.

Outra proposta do grupo é o movimento *Estaciona e Pega Ônibus (Epô)*. A idéia é que os terminais de ônibus sejam interligados com bolsões de estacionamento em lugares estratégicos, como o desativado Terminal de Integração do Saco dos Limões (TISAC) e o mal aproveitado estacionamento do

Centro de Integração e Cultura (CIC). Os bolsões próximos aos terminais seriam um incentivo aos condutores de carros e motocicletas para que parem seus veículos e peguem um ônibus para percorrer as distâncias mais longas.

Os bolsões de estacionamento já existem em países como a Holanda e a Inglaterra, que adotaram medidas para priorizar o uso da bicicleta e do transporte público. No Brasil, Curitiba também executou o projeto e é a campeã brasileira de quilometragem exclusiva para os ciclistas: 122 quilômetros. Além disso, a prefeitura de Curitiba planeja implantar um sistema de aluguel de bicicletas, como o que já é utilizado em Paris, por exemplo.

Cauê Azevedo

Faixas exclusivas

O andamento das obras

CANASVEIRAS	700 m (executada)
INGLESES	4.000 m (executada)
ELEVADO ITACORUBI	300 m (executada)
PC-1 - BEIRA MAR CONTINENTAL	2.300 m (em execução)
BEIRA MAR LIGAÇÃO FLORIANÓPOLIS / SÃO JOSÉ	360 m (em execução)
HERCÍLIO LUZ	1.200 m (em execução)
AGRÔNÔMICA	1.600 m (em execução)
(Hospital Infantil/ Beíramar Shopping)	
RÓD. LUIZ BOITEUX PIAZZA	2.800 m (em execução)
(Cachoeira do Bom Jesus a Ponta das Canas)	
CAMPECHE (Av. Pequeno Príncipe)	2.800 m (em execução)
RIO TAVARES (SC-405)	1.100 m (em execução)
RÓD. BALDICERO FILOMENO	4.700 m (em execução)
PÂNTANO DO SUL / AÇORES	1.500 m (licitado)
TOTAL	23.360 m

Web facilita estudo de outras línguas

O *e-Tandem* ajuda falantes nativos a ensinar seus idiomas e aprender outros via sites como o Facebook

“**E**u te ensino a minha língua, você me ensina a sua”, esse é o princípio de um método de aprendizagem de idiomas que está se popularizando com a internet. A idéia é que falantes nativos troquem seus conhecimentos numa aula onde ambos são professor e aluno. O planejamento e a escolha dos conteúdos são responsabilidade deles. A web é uma ferramenta que facilita o contato entre quem quer aprender uma segunda língua através dessa metodologia e, atualmente, já existem sites desenvolvidos especificamente para promover esse encontro.

Criado em 2007, pelo engenheiro eletrônico Fernando Perini, o Language Exchange (LX) é um aplicativo do site de relacionamentos Facebook (www.facebook.com) para aprendizagem de línguas estrangeiras. Os usuários que participam do LX oferecem o ensino de sua língua materna para, em troca, aprenderem outro idioma. Dentre os cinco aplicativos desenvolvidos para esse fim, o LX é o mais popular, tendo a participação de aproximadamente 50 mil pessoas em mais de 30 países.

De acordo com Perini, a principal finalidade do aplicativo é fazer o cruzamento de dados para colocar em contato pessoas com interesses nas mesmas línguas. A partir daí, elas podem manter contato pelo Facebook, mas devem buscar outras formas de comunicação como programas de conversação instan-

tânea para executar as aulas, pois o LX não possui salas de bate-papo ou recursos de áudio.

Atualmente, a língua mais procurada é o espanhol, com 2635 usuários interessados. Esse idioma é também a língua com maior equilíbrio entre oferta e procura, há 2462 falantes dispostos a ensinar o idioma. O português é procurado por 721 pessoas, mas apenas 375 se oferecem para ensiná-lo.

O aplicativo que foi desenvolvido como um *hobby* pelo engenheiro, hoje rende alguns dividendos. Perini ganha com venda de publicidade, mas garante que todo o dinheiro é utilizado para melhorias no LX. O brasileiro já recebeu propostas de duas empresas chinesas e uma canadense para vender o Language Exchange. “Não me desfiz porque ainda tenho o LX como uma forma de lazer e gosto de trabalhar nele”, diz Perini.

Há dois meses, o estudante de Geografia da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) Bruno Bortolli tenta encontrar no LX alguém interessado em aprender português e disposto a ensinar árabe. Bortolli conheceu o Facebook durante um intercâmbio no Egito e utiliza o site para manter contato com os amigos que fez durante a viagem. “Ainda não encontrei ninguém com os mesmos interesses que eu, a maioria das pessoas que ensina árabe quer aprender inglês”, afirma. Quan-

do não há coincidência entre a língua ofertada e a procurada, Perini sugere a formação de trios, nesse caso, por exemplo, a idéia seria buscar alguém que fale inglês e que esteja interessado em aprender português.

Segundo Lecila Oliveira, professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pesquisadora da área de psicologia do ensino e da aprendizagem, é por meio das relações interpessoais que o ser humano tem condições de aprender. “No processo de aprendizagem as interações sociais são muito valorizadas e as novas tecnologias aumentam as possibilidades destas interações, facilitando, em muitos casos, a aprendizagem”, diz.

Nova forma

A metodologia de aprendizagem de uma língua estrangeira a partir de aulas com falantes nativos é chamada *Tandem* e não surgiu com a internet. O *Tandem* ocorre quando dois estudantes de línguas se comunicam entre si, dividindo o comum objetivo de aprender a língua materna do outro. Uma das primeiras formas de organização desse método apareceu na Europa, em 1968, num programa de intercâmbio entre França e Alemanha. No início, a metodologia era aplicada em aulas presenciais, *face to face Tandem*. Com o desenvolvimento da tec-



Visão de Souza/Arquivo pessoal

Para aulas presenciais há salas onde a metodologia é chamada de *face to face Tandem*

nologia, o método ganhou uma nova forma, o *e-Tandem*.

Para o professor do departamento de Língua e Literatura Estrangeiras da UFSC, Markus Weininger, o *Tandem* possui uma série de vantagens em relação aos cursos convencionais de línguas, porém ele não substitui as salas de aula e os estudantes precisam de alguns pré-requisitos para que a metodologia funcione. “A primeira vantagem é o custo zero das aulas, além disso, o método é mais autêntico que os tradicionais e há atualização permanente de conteúdos, diferente do que ocorre com os materiais didáticos”, explica.

Com relação às desvantagens do *Tandem*, Weininger lembra que é neces-

sário um nível básico de conhecimento na língua que se quer aprender para que se possa estabelecer a comunicação com o outro. O grau de interesse de ambos pode ser mais uma dificuldade, “há pessoas mais dedicadas que outras, assim seu colega pode não preparar uma aula com a mesma dedicação que você, por exemplo”.

Vilson Gustavo de Souza é ex-estudante de Letras/Alemão da UFSC e já praticou o *face to face Tandem*. Viajou à Alemanha para fazer um intercâmbio na Universidade de Leipzig e lá conheceu um departamento de *Tandem* que funciona de forma semelhante ao LX: os alunos preenchem fichas e o departamento se encarrega de encontrar seu *Tandem Partner* (parceiro *Tandem*).

Souza foi além da prática, interessou-se tanto pela metodologia que viajou para a Universidade de Bochum, em outra cidade alemã, para aprender a aplicá-la. “Fui a convite de uma professora para fazer um estágio num curso intensivo de *Tandem*”, conta. Quando voltou ao Brasil, em 2005, tinha planos de criar na UFSC um projeto semelhante. A idéia foi colocada em prática em 2006, inicialmente vinculada ao PET/Letras, mas Souza não pôde dar sequência aos planos devido à falta de tempo.

A Universidade Estadual Paulista (Unesp) possui um projeto chamado *Teletandem Brasil* (www.teletandem-brasil.org). O objetivo é colocar em contato alunos universitários brasileiros que querem aprender uma língua estrangeira e alunos universitários de outros países que estão aprendendo português. O projeto possui também um grupo de pesquisa que obteve, em março de 2007, o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) na modalidade Projeto Temático, uma forma de financiamento de grandes pesquisas, em geral com duração de quatro anos, e com o objetivo de alcançar resultados científicos ou tecnológicos e socioeconômicos de maior impacto.

Como chegar ao LX

Infográfico: Fernanda Friedrich

Para participar do Language Exchange é preciso ter uma conta no Facebook. Há duas formas de acessar o site: por convite de um amigo ou cadastrando-se na página inicial

Facebook

LX Language Exchange

Email:

Seu nome aqui

Password:

Sua senha aqui

Remember me

Login

Forgot Password?

Everyone Can Join

Você foi convidado!

Receber de algum conhecido um convite por email, é uma das formas de cadastrar-se no facebook.

Interessado em aprender línguas e culturas?
Entre na nossa rede global de troca de linguagem

Com esse aplicativo, é fácil achar, de acordo com a compatibilidade com os seus interesses pessoais e disponibilidade, o parceiro certo para a troca de linguagem.

É possível criar uma conta no site sem ser convidado. Acesse: www.facebook.com clique em Sign Up e preencha a seguinte ficha de inscrição

Sign up to use this connect with your

Sign up

About this

Sign Up and Start Using Facebook

Use Facebook to connect with your friends, below to get started (all fields are required)

Note: This is for personal profiles. You may

Full Name:

Last Name:

First Name:

Username:

Date of Birth:

Após abrir sua conta, você pode encontrar o LX através da ferramenta de busca do facebook. No canto superior esquerdo da página, digite *Language Exchange* em *Search*. Surgirá uma lista de páginas, em que o LX está no topo. Se preferir, há outros aplicativos com função semelhante

MEC quer profissionais generalistas

Alunos nas fases iniciais de medicina atendem nos postos de saúde em projeto do governo para desafogar o SUS

É a primeira vez que Divo Guisoni, 67 anos, vai ao Posto de Saúde do bairro Trindade, em Florianópolis. Uma corriqueira sinusite é diagnosticada pelos estudantes Rafael Barreto e Alexandre Gomes. Os dois estão na 6ª fase do curso de medicina na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e há quase um ano atendem na sala de número 3.

Em troca de uma nova filosofia de ensino e incentivos de R\$ 40 milhões, 89 cursos da área da saúde lançam seus alunos ao sistema público de atendimento através do Programa Saúde na Família (PSF). O objetivo do PSF é desafogar o Sistema Único de Saúde (SUS), utilizando o atendimento desses estudantes durante a graduação e estimulando a formação de médicos. Eles talvez abram mão da especialização ou queiram, um dia, atuar em medicina da família – e não em outras áreas, como

ginecologia, pediatria ou oftalmologia.

Enquanto Barreto e Gomes não se formam, prestam serviços à comunidade do bairro Trindade. Durante seis anos, eles e mais 600 estudantes estarão nas emergências das unidades de atendimento determinadas pela universidade logo na primeira fase do curso. Dados da Secretaria de Saúde de Florianópolis apontam um aumento relevante no número de estudantes presentes nos 28 pontos de atendimento da capital. De 100, em 1997, passou para 500, em 2007.

O fato de ser atendido por estudantes não incomodou Guisoni. "Acho fundamental que eles aprendam na prática. E eles não estão sozinhos, têm o acompanhamento da Dra.", diz, referindo-se a Jane Cardoso, orientadora do Posto de Saúde da Trindade e professora da UFSC. Ela é chamada à sala onde acontece a consulta para dar o parecer final e recei-

tar antibióticos e paracetamol a Guisoni.

A presença desses alunos nos locais de atendimento contribui para o cálculo do número de atendimentos realizados. "Apesar de fazerem apenas uma parte da consulta sozinhos, nós contamos 100% com eles. Quando eles não vêm, fica muito complicado", diz a orientadora, que é responsável por 16 dos 32 alunos presentes no Posto.

Cardoso foi a favor da reforma curricular que aconteceu no curso de medicina da UFSC, em 2002. Na época, o corpo docente decidiu modificar a estrutura de disciplinas da graduação e voltar sua formação para o atendimento comunitário, com aulas práticas em hospitais e postos de saúde desde a primeira fase. Os egressos deste tipo de curso são os chamados médicos com formação generalista.

A premissa de que o aprendizado prático é eficiente é questionada pelo

Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina (Cremesc). "Se os alunos tiverem boa assistência técnica, vão aprender. Agora, técnica pessoal é perigosíssima, e às vezes quem ensina é um médico e não um professor", alerta Anastácio Kotzias, Presidente do CREMESC.

No PSF, o orientador do posto de saúde não precisa ser, necessariamente, professor da instituição. "O médico do PSF não tem que ser onerado para ensinar, ele está ali para atender. Quem ensina tem que saber o que está fazendo, senão os alunos vão aprender com o erro, e esse erro foi feito em alguém. Não se pode aprender com erro e acerto em medicina", enfatiza Kotzias.

Nem todos os pacientes ficam confortáveis com a situação. Gomes, o estudante de medicina que atendeu Guisoni, conta que alguns se sentem inseguros e reclamam. "Mas são pou-

cos", pondera. É Gomes também quem diz não pensar em trabalhar em um posto de saúde. "Nunca pensei em ser médico de PSF, acho a rotina de um médico de família muito monótona porque não podemos fazer nada além de diagnosticar, fazer alguns exames e encaminhar pra um hospital. Acho válido aprender aqui, mas não faria isso como médico formado", diz, referindo-se ao fato do médico de posto de saúde não acompanhar o tratamento dos pacientes que atende.

Barreto reitera: "Os recursos são limitados, falta material. Esses dias, chegou uma paciente com febre e dores no abdômen. Levou 15 dias pra ficar pronto um exame. Falta estrutura e recurso. Só conseguimos atender os casos mais básicos".

Manuela Franceschini



Laura Daudén

Novas diretrizes ainda enfrentam resistência entre alunos e professores

Quando Rafael Barreto e Alexandre Gomes ingressaram na universidade, a nova proposta pedagógica já havia sido definida. Sua turma está no início do 5º ano; ou seja, não há, ainda, alunos formados pelo currículo novo na UFSC, que foi modificado substancialmente. As atividades na rede de atendimento, que antes começavam na 10ª fase do curso, são iniciadas já na 1ª. Até a 4ª fase, os alunos são divididos em grupos e fazem visitas domiciliares, vão a creches e escolas da área pela qual ficaram responsáveis. O aluno deve estar familiarizado com o local e ser uma figura conhecida da comunidade – por isso, passará toda a graduação em um mesmo Posto de Saúde.

O coordenador do curso de medicina da instituição, Maurício Pereima, conta

que antes de optarem pelo novo método de ensino houve discussões e mesas-redondas com alunos e docentes. A decisão, entretanto, não foi consenso. A resistência tanto dos professores como dos alunos é apontada por Pereima como um dos fatores a serem superados. "Os professores tiveram dificuldade para se adaptar, assim como os alunos, que têm um perfil sócio-econômico de classe média e já entram na universidade pensando na especialização", critica.

Depois de aprovado o processo de reforma curricular pelo Ministério da Educação (MEC), o curso de medicina enviou um projeto ao Programa de Incentivo às Mudanças Curriculares para as Escolas Médicas (PROMED), de quem recebeu R\$1,5 milhão para se adaptar ao novo método capacitando profes-

res e reformando laboratórios.

Em 2006, o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde) aprovou outro projeto do curso de medicina da UFSC, dando continuidade ao processo de transição. Um total de R\$ 1,6 milhão será investido até 2010, com previsão de R\$ 600 mil só para esse ano. Segundo Maurício Pereima, 20% do valor total serão destinados para a finalização da mudança curricular e 80% à viabilização das atividades de interação comunitária nas unidades básicas de saúde. Essas atividades fazem parte do Programa Docente Assistencial, um convênio estabelecido entre a Prefeitura Municipal de Florianópolis e a UFSC, em 1989. (M.F.)

Transição viabilizou investimentos e é aprovada pela maioria dos estudantes

A aluna Danielle Talfer entrou na Universidade em 2001, quando o curso não era voltado para o atendimento comunitário. Hoje, na 12ª fase, avalia a mudança: "Na prática, pouco mudou. Mudou o currículo, mas os professores e as aulas não mudaram. Não é fácil para um professor que dá a mesma aula há 20 anos mudar de repente".

Alunos que deveriam seguir a metodologia antiga e os que já seguem a atual acabam participando das mesmas aulas. "Tivemos aula de cirurgia vascular com a 7ª fase, por exemplo. Meu currículo é o antigo, o deles é o novo e tivemos a mesma aula", conta Talfer. Pereima reconhece a dificuldade em estabelecer o novo método. "Ainda estamos em transição,

não atendemos integralmente o que o currículo manda", avalia.

Alena Lopes, da 3ª fase da graduação, acredita que a medicina está se voltando para um lado mais humanista. "Gosto de atender no Hospital Universitário, sempre supervisionada pelos professores, é claro. Acho importante entendermos o trabalho do clínico geral", salienta.

Uma pesquisa foi feita pela coordenação do curso para saber como os alunos vêem a mudança. No primeiro semestre de 2007, 329 estudantes foram ouvidos – de um total de aproximadamente 600 alunos matriculados. Desses, 88% consideraram que a interação comunitária contribuiu para a sua formação acadêmica. O percentual chega a 93% quando

somados aqueles que consideram parcial a contribuição. Em todas as fases, mais de 75% dos graduandos relataram que ter vivenciado a interação comunitária foi relevante para constituir sua visão sobre o que é ser médico.

Entre os investimentos já feitos no curso de Medicina estão aquisição de recursos didático-pedagógicos de multimídia, adequação de salas de aula; compra de 22 equipamentos para laboratórios, montagem e equipamento de habilidades médicas e de informática, adequação de espaço do Laboratório Morfofuncional e atualização de acervo bibliográfico. (M.F.)

Pesquisas sobre a eficácia do programa ainda não ouviram os cidadãos atendidos pelos alunos

ZERO

Outros cursos de SC estudam mudanças curriculares vinculadas ao Pró-Saúde

Os cursos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que já consolidaram sua reforma curricular para atender às diretrizes são os de odontologia, enfermagem e medicina. As graduações em serviço social, psicologia, educação física, farmácia e nutrição estão discutindo a mudança e já têm projeto aprovado pelo Pró-Saúde 2008. "Isso não significa necessariamente que esses cursos terão seus currículos modificados. Vai ajudar, se quiserem. Mas pode ser que não mudem", explica Kenya Reibnitz, vice-diretora do Centro de Ciências da Saúde da UFSC.

O total aprovado foi de R\$3 milhões, com repasse anual de R\$1 milhão nos três anos de vigência do convênio. "O projeto está articulado com a Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis e os recursos serão aplicados nos locais de atividades práticas dos estudantes vinculados à Secretaria, para desenvolvimento logístico e técnico, e uma menor parte para investimentos na própria UFSC", informa Reibnitz.

O Pró-Saúde 2008 vai destinar recursos também para cursos da área da saúde das universidades Univille, Univali, Furb e Unochapecó. O curso de medicina da Univali ainda não optou pela reforma curricular. Em 2005, foi aprovado um projeto enviado ao Pró-Saúde que previa uma maior relevância à disciplina de medicina

familiar e comunitária, que sempre existiu no currículo, mas não contava com atividades práticas.

Heitor Silva, coordenador da disciplina na Univali, diz que o objetivo é atender as diretrizes curriculares e fazer com que o aluno aprenda a trabalhar com cuidado. "Não só com a cura, mas ter contato contínuo com o paciente e a comunidade", afirma. Nesta universidade, os alunos passam dois anos em uma mesma região.

A perspectiva de uma mudança no currículo existe, mas está sendo feita aos poucos. Os professores estão participando de oficinas em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Itajaí e o repasse de verbas, que começou em 2007, é destinado para a formação de grupos de pesquisa e laboratórios.

Dinheiro x Filosofia

Um ponto contraditório é a vinculação de dinheiro a uma nova proposta filosófica de ensino. Embora o repasse de verbas do Programa de Incentivo às Mudanças Curriculares nas Escolas Médicas (PROMED) e do Pró-Saúde não esteja condicionado a uma reforma curricular, é inegável a falta de recursos a que estão fadadas as instituições de ensino. A possibilidade de receber um montante considerável seria, assim, um atrativo.

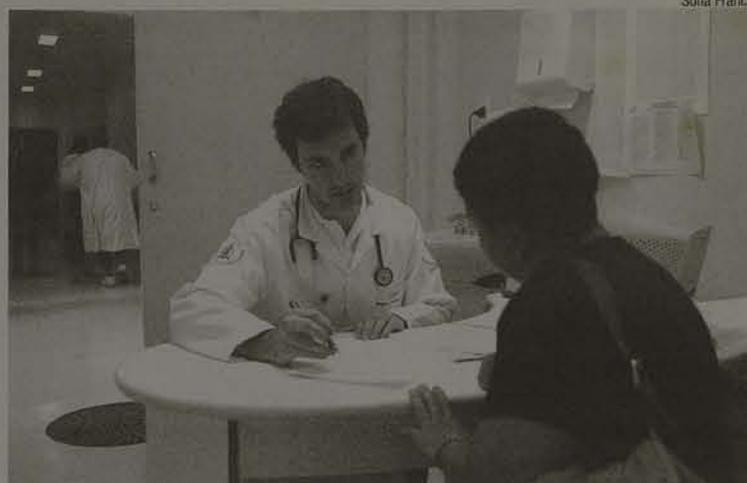
O professor de história da educação da UFSC, Marcos Montysuma, não vê

ferimento à ética uma vez que a verba não é condicionada à mudança, mas reconhece a dificuldade financeira encontrada pelos departamentos da universidade. "Sempre trabalhamos com pouco dinheiro. É uma luta incansável para equiparmos nosso local de ensino", constata.

O destino do dinheiro é visto pelo professor como o principal ponto de atenção. "Se esse dinheiro vai equipar os postos de saúde, vai proporcionar laboratórios que melhorem o ensino e vai, sobretudo, fazer com que o aluno seja um médico mais sensível e atento, os investimentos são justificáveis. Se esse dinheiro não vai para onde deveria ir, aí sim é um problema", pondera.

Anastácio Kotzias, presidente do Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina (CREMESC), diz que prefere não acreditar que os cursos que recebem os recursos dos programas o façam apenas por dinheiro, mas vê problemas na execução da proposta. "Em tese, a idéia é boa, aproxima o médico da comunidade. Só que isso não adianta se não houver infraestrutura básica nos postos de saúde e hospitais, e não há. Todo posto de saúde precisa, sim, de especialistas, e não apenas de estudantes".

Cinco especialistas, no mínimo, devem atender em prontos-socorros e emergências. Em postos de saúde não há regra. (M.F.)



O PSF trabalha na prevenção, recuperação e manutenção da saúde das famílias atendidas

Política da OMS motiva presença de estudantes nas equipes do PSF

O Programa Saúde da Família (PSF) começou em 1994, quando o Ministério da Saúde o lançou como política nacional de atenção básica, fazendo frente ao modelo tradicional de assistência primária baseada em profissionais médicos especialistas.

Em 1978, o tema foi abordado na Conferência Internacional sobre Atenção Primária à Saúde, organizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Discutiu-se pela primeira vez o conceito de "Saúde para todos", e decidiu-se convocar todos os países a repensar seus sistemas de saúde.

A partir de 1980, iniciou-se uma estreita colaboração entre a Wonca (Sociedade Européia de Clínica Geral e Medicina Familiar) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), que resultou na elaboração de um documento conjunto voltado para tornar a prática e a educação médica mais atentas às necessidades de cada região. Apontou-se, então, a necessidade de implantar a medicina de família como disciplina acadêmica nas faculdades de medicina.

Na Inglaterra, onde o modelo é adotado há mais de 40 anos, 51% dos médicos são generalistas. No Canadá, os médicos sem especialização representam 55% da categoria. Portugal e Espanha também adotam o modelo. Em Cuba - reconhecida pelo eficiente sistema de saúde baseado na medicina de família - eles chegam a 65%.

No Brasil, o processo de mudança começou em 1996, quando foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que previa Diretrizes Curriculares Nacionais baseadas nas competências necessárias para

os médicos atuarem frente às novas tecnologias e enfrentarem os desafios do desenvolvimento do SUS.

De acordo com o entendimento do Ministério da Saúde, 80% dos casos podem ser resolvidos com assistência médica primária e secundária - papel, esse, desempenhado por equipes de médicos generalistas. Essas equipes são responsáveis pelo acompanhamento de um número definido de famílias, localizadas em uma área geográfica delimitada. As equipes atuam na prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e na manutenção da saúde desta comunidade.

A Secretaria da Saúde de Florianópolis informa em seu site que o PSF alcança hoje 28 unidades de saúde no município e conta com 35 equipes que englobam estudantes de medicina. De 280 estagiários na rede básica de saúde no ano de 2003, o número passou para 812 no ano passado, incluindo estudantes dos cursos de graduação, especialização e residência em saúde da família, atuando nas unidades de saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis.

Embora seja apenas uma indicação, já que segundo a LDB as universidades têm autonomia, 89 cursos da área da saúde já optaram por seguir o que recomendavam as diretrizes. "Havia a necessidade interna e externa de adequar o currículo às novas realidades de saúde da população e do SUS e, para isso, o médico deveria ter formação generalista. Veio ao encontro disso a regulamentação do Ministério da Educação para tornar o ensino mais humanista", justifica o coordenador do curso de medicina da UFSC. (M.F.)

Pró-Saúde

Ministérios criam programa juntos

O Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde) foi criado em 3 de novembro de 2005 por meio da Portaria Interministerial nº 2.101, assinada pelos ministros dos Ministérios da Saúde e da Educação.

O objetivo do programa é aproximar a for-

mação de graduação no país e as necessidades da atenção básica através da saúde da família. Em 2007, o Pró-Saúde destinou R\$ 39,8 milhões para financiar projetos, abrangendo um total de 46 mil estudantes. Para este ano, a previsão é investir pouco mais de R\$ 40 milhões.



Os estudantes são fundamentais para diminuir as longas filas que se formam nos postos, já que para cada médico há 16 estagiários

Quando a escola assume outros papéis

Mais de 4 mil alunos da rede municipal de São José estudam em regiões violentas, como no Centro Renascer, onde é preciso fazer mais do que ensinar

Quando foi indicada para assumir a direção da escola Reunidas, que um ano depois daria lugar ao Centro Educacional Municipal Renascer, Dona Neumar ficou apreensiva. As notícias que corriam sobre a região, em 1999, eram alarmantes. Nenhum familiar ousou subir até o Morro do Pedregal para levá-la em seu primeiro dia de trabalho. Sem receios, foi trabalhar de ônibus e nunca mais deixou de participar do cotidiano escolar. "No começo, os funcionários me perguntavam se poderiam vir trabalhar de brinco ou anel!", relembra. Quase dez anos depois, Neumar Bezerra continua a dedicar-se aos 600 alunos da 1ª série do ensino fundamental ao supletivo. "Hoje não sei mais se é barulho de tiro, bombinha, de foguete". Afastada recentemente por nepotismo - duas de suas filhas trabalham na escola -, ela voltou há pouco tempo como assessora administrativa. A diretoria foi assumida pela assistente social Milena Fucks, há três anos na instituição.

A rotina do Centro Renascer reflete o que acontece além das paredes das salas de aula. Até o ano passado, quando dois grupos rivais trocavam tiros entre si ou com a polícia, a qualquer hora do dia, o colégio era uma garantia para os pais de que os filhos estavam seguros. De acordo com a Central de Polícia de São José, a região do Pedregal era comparada às comunidades do Rio de Janeiro e por isso ganhou o apelido de Baixada Fluminense. Não há um levantamento de índices de criminalidade, mas os homicídios são menos recorrentes depois que os líderes dos grupos envolvidos com tráfico de drogas foram presos. As apreensões por porte de arma e drogas continuam sendo constantes.

Quando barulhos de tiros próximos às janelas do segundo andar desorientaram alunos e professores, em novembro de 2007, o Batalhão de Operações Especiais (Bope) entrou na escola. A psicóloga Gabriella Pereira, que trabalha como auxiliar de secretária, anotava um recado no quadro quando ouviu os sons. Em momentos como esse, os professores e funcionários costumam fechar as cortinas das salas e tentam acalmar os estudantes. Para Gabriella, quem trabalha na escola Renascer não tem medo e cria laços de afeto com os alunos.

Após esse fato, a prefeitura de São José solicitou à direção do Renascer que o laboratório de ciências deveria ser desativado para dar lugar a um posto policial dentro da escola. A comunidade e os funcionários se posicionaram contra a atitude e a própria prefeitura mudou de ideia em poucos dias. Dona Neumar, da administração, explica que a comunidade quer um posto policial nas proximidades da escola, não dentro. "É complicado misturar educação com coerção", acrescenta a diretora.



No Centro Renascer estudam 600 alunos da comunidade do Pedregal e da Boa Esperança, no bairro Ipiranga, em São José



Estudantes da 1ª série ao supletivo usam o colégio para praticar esportes e participar de projetos fora do período escolar



Os conflitos da região interferem no cotidiano escolar, desde os desenhos aos exercícios e debates em sala de aula

Tráfico, polícia e a escola

Quando o carro do Bope sobe a região do Morro do Pedregal alguns estudantes correm para a janela e cantam a música-tema do filme *Tropa de Elite*. Uma professora da 4ª série questionou a turma de 32 alunos sobre o que cada um quer ser quando crescer. A resposta foi quase unânime: "quero ser do Bope".

Segundo os professores, os alunos vêem na polícia uma forma de subir na vida porque a profissão dos pais eles sabem que não dá dinheiro e poder. "As crianças querem trabalhar na polícia ou ser chefes do morro, porque não sabem que existe médico, advogado, engenheiro", observa a psicóloga. Dona Neumar completa: "O Brasil pra eles é o Pedregal".

Não só as referências à polícia demonstram a influência da realidade violenta nas atitudes e atividades dos alunos. Os estudantes gostam de mostrar que conhecem os tipos de armas, calibres e as variedades das drogas. A diretora explica que a nova brincadeira de sucesso entre os alunos é amassar giz branco para simular a compra e venda de "pó".

Durante as atividades escolares, os estudantes costumam desenhar a própria casa rodeada de policiais, helicópteros e armas. A supervisora Denise Schroeder relata que um aluno do período da tarde chegou à escola com o cabelo raspado no formato de um revólver calibre 38. Ele foi encaminhado para que desfizesse o novo "penteado". Outro estudante, no ano passado, fez as aulas da escola serem interrompidas depois de jogar uma bomba caseira em um canto do colégio.

Os professores novos costumam ser testados pelos alunos. Alessandra dos Santos, há dois meses no colégio, conta que já trabalhou em muitas escolas e já está acostumada com as novidades. Quando começou no Renascer, um aluno ameaçou mostrar uma pistola depois que ela chamou sua atenção. "Eu respondi que não tinha medo de pistola nenhuma, e pronto. Nunca mais me incomodei com nada. Eles querem é testar pra ver se a gente tem medo deles", completa. Adriana Espíndola, professora da 2ª série, garante que a sensação de insegurança dura poucos dias. "A maioria dos alunos respeita a gente, é prazeroso trabalhar com eles", afirma.

No período noturno, quando funciona o ensino médio e o supletivo, a realidade muda. As aulas terminam às 22h15 e os horários dos ônibus da empresa Biguaçu têm que acompanhar o término das aulas, pois os professores se recusam a esperar no ponto. Dona Neumar explica que se o horário da linha é alterado por qualquer motivo, a escola precisa mandar um ofício à empresa de transporte exigindo a volta do antigo horário.

Os pais no cotidiano escolar

Dona Genoveva é um exemplo de familiar responsável que participa das atividades da escola. Leva o neto, da 1ª série, ao colégio todos os dias. A senhora de rosto marcado, com idade inferior aos 40 anos, representa os moradores da comunidade Renascer que não têm envolvimento com o tráfico e que não pensam em deixar o local. Junto ao marido e aos quatro filhos, Dona Genoveva deixou o trabalho na roça, na cidade de Lages, há 20 anos, para tentar novas

oportunidades no Pedregal. Cria o neto, abandonado pela nora, com o salário do marido, funcionário público, e com a venda de doces e roupas íntimas. "Ela não tinha condições de criá-lo, então deixou pra mim", justifica.

Dona Genoveva afirma não ter medo de viver no Pedregal. Mesmo nos tempos em que "não tinha hora pra gente se jogar no chão", por causa dos tiroteios, a senhora garante: "A gente que faz o lugar da gente. Nenhum filho meu está metido com coisa ruim, graças a Deus, mas sempre tem uns conhecidos da gente".

Além da violência

O papel que o Centro Renascer assume na região do Pedregal vai além de educar e de atuar como abrigo. A pesquisadora Juliane Borsa, da PUC-RS, em sua tese *O papel da escola na socialização infantil*, define as funções essenciais da instituição. "É na escola que se constrói parte da identidade de ser e pertencer ao mundo; a aquisição dos princípios éticos e morais; onde se depositam as expectativas, inseguranças em relação ao futuro", sustenta.

Os moradores das comunidades do Pedregal e da Boa Esperança - ambas próximas à escola Renascer - enfrentam dificuldades que ultrapassam a necessidade de fugir de um tiroteio. "A realidade que circula aqui é a da pobreza, da falta de oportunidades, da violência doméstica. O tráfico

não é um problema aqui, apenas um mundo paralelo", garante Gabriella Pereira.

Os problemas da comunidade começam na área da higiene sanitária. A maioria das casas não tem banheiro, muito menos rede de esgoto, e são construídas a partir de qualquer tipo de material, até papelão. "A gente precisa ensinar as crianças a escovar os dentes, por exemplo, a tomar banho", relata Gabriella. No colégio, os alunos conseguem médico, há merenda - que para alguns é a única refeição do dia - podem usar o banheiro e recebem a atenção dos professores.

Os casos de alunos espancados e abusados sexualmente dentro de casa são constantes dentro do Centro Renascer. Só em 2007, foram quatro casos confirmados e encaminhados ao Conselho Tutelar. A orientadora educacional Rosilene Renert conta que alguns pais chegam a tirar os filhos da escola quando desconfiaram que o colégio está investigando um possível caso de violência sexual. A escola atua em parceria com o Conselho Tutelar para confirmar e resolver os casos de abuso.

A diretora Milena Fucks garante que o colégio trabalha com os professores a ideia de que eles precisam dedicar-se aos alunos de maneira diferenciada, além do conteúdo didático. "O professor quer passar a matéria, mas a gente explica que o trabalho com o aluno tem que ser completo".



Trabalho duro, pulso firme e contatos na prefeitura fizeram de Seu Valcir a voz representativa da região do Pedregal

Fotos: Thiago Prado Neri

Entrevista

"Só não ajudo malandro"

Ele tem pressa ou está ocupado. É simpático, apesar de falar pouco. Tem quatro filhos, quatro netos e torce para o Figueirense. Valcir Antônio Pereira deixou a cidade de Catanduvas, interior de Santa Catarina, há 16 anos, para viver no morro do Pedregal. Viajou o Brasil trabalhando como vigilante de escolta, mas foi aposentado por invalidez depois de levar um tiro na perna durante assalto. Logo que chegou à comunidade, começou a frequentar as reuniões da Associação de Moradores. Pouco depois, já tinha sido eleito presidente por três vezes. Também assumiu o cargo de presidente da Associação de Pais e Professores (APP) da escola Renascer e está no terceiro mandato consecutivo. Correu atrás de contatos com a Secretaria de Obras da prefeitura de São José e aí já tinha se tomado o líder da comunidade do Pedregal e da vizinha, Boa Esperança. Juntas, somam dez mil moradores.

Zero - Por que chamam o senhor de líder?

Valcir: Porque aqui tudo que precisam eles pedem pra mim. Eu levo gente pro hospital, dou um jeito de abrigar quem perdeu casa em enchente. Vou atrás de rede de esgoto. E agora "tô" lutando pela construção de uma área de lazer pras crianças brincarem aqui, com praça, quadra de esportes. Mas a Câmara de Vereadores de São José não aprova porque diz que há outras prioridades na cidade. Em todas as sessões da Câmara, vou pra pressionar a aprovação do projeto. É uma luta diária. Só não ajudo malandro.

Malandro?

Aquele que fica sentado o dia todo, ou o mala que é metido com coisa ruim, que bagunça a comunidade. Mala não tem vez comigo. Nenhum deles influencia o meu trabalho aqui dentro ou vem me desafiar. Quando me encontram na rua eles dizem: "Oi, seu Valcir". Eu respondo: "Oi e tchau".

Qual o perfil das comunidades do local?

Posso dizer que 99% da população é trabalhadora: pintor, cobrador de ônibus, funcionário público.

O senhor considera segura a região?

Perigoso não é, mas se tem tiro nós nos abaixamos (risos). Aqui não existe esse negócio de traficante ficar no meio da rua, circulando pela comunidade como no Morro do Horácio, em Florianópolis. Traficante aqui da região anda a pé ou de bicicleta. "Carrão" só entra aqui quando mauricinho lá de baixo vem comprar droga.

Algumas pessoas disseram que têm medo de morar aqui.

É. Até o passado a coisa tava ruim mesmo. A polícia entrava aqui o dia inteiro, mas os dois grupos da droga que ficavam trocando tiro se acertaram, fizeram um acordo e ainda comemoraram com churrasco e 500 foguetes.

Além das aulas de reforço escolar e das atividades sociais que envolvem a escola e a comunidade, existe o projeto *Parada Pedagógica*. Uma vez por mês, cada escola da rede municipal recebe um consultor pedagógico para trabalhar com os professores as necessidades locais dos alunos. Para a secretária da Educação de São José, Giovanna Kretzer, é por meio desses projetos que a prefeitura pode contribuir para amenizar as dificuldades de aprendizagem e problemas sociais dos alunos. No Centro Renascer, Rosilene Renert destaca que a escola também adota um conjunto de políticas para amenizar a agressividade dos estudantes presente nas brincadeiras de chutes, brigas e desentendimentos.

O bom desempenho escolar das crianças e adolescentes também se torna fruto de um trabalho minucioso. "O avanço deles aqui dentro é mérito deles mesmo, porque o incentivo dentro de casa é quase zero", observa Dona Neumar. Os professores relatam que muitos demoram a aprender a ler e a escrever, chegam à 1ª série com dificuldades até de identificar as cores.

Projetos paralelos

Junto ao colégio, funcionam vários projetos em parceria com a prefeitura, como o *Bandas e Fanfarras*, que há poucas semanas deu à escola Renascer o troféu de pri-

Quais são os maiores problemas da região?

O Centro de Saúde é muito pequeno e atende umas oito comunidades aqui da região, é muita gente. Os maiores problemas são de infraestrutura mesmo: esgoto, asfalto, buraco nas ruas. A rede de esgoto está muito precária, eu "tô" lutando pra trocar a tubulação toda. Mas a minha comunidade "tá" devendo mesmo na questão do lixo. As pessoas continuam com aquela cultura de jogar lixo na casa do vizinho, no meio da rua, acho que essa é a minha principal luta atualmente, resolver essa questão do lixo.

O senhor conhece outros representantes de comunidades?

Claro. Conheço os das comunidade de Potecas, Morro Dona Eli, Horto Florestal, do Morro do Avaí. A gente faz reuniões com o prefeito pra discutir as necessidades dos moradores.

Como as pessoas de fora da comunidade vêem o trabalho do senhor?

Já me chamaram até de traficante. O pessoal daqui de fora fala isso, mas quem sustenta a droga daqui são os filhos deles. Quem mora aqui não tem dinheiro pra sustentar o vício.

O que pode ser feito pra evitar que as crianças sejam influenciadas pelo tráfico?

Eu "tô" atrás do projeto da área de lazer por isso. Tem os projetos com a prefeitura, né? Na escola têm vários. E nós temos aqui na comunidade o Ponte Júnior Esporte Clube, que disputa a liga de futebol de São José na segunda divisão. Já saiu jogador daqui pra jogar no Figueirense, na Portuguesa e até no Santos. O time mesmo é formado por adultos, mas o treinador também ensina crianças de seis a 14 anos. (J.G.)

meio lugar no campeonato regional em Otacílio Costa. Nos sábados, a escola abriga as oficinas profissionalizantes. Cursos como Corte de Cabelo, Informática, Porcelana Fria e outros estão abertos à comunidade. Em 2007, 400 alunos da rede municipal de São José foram diplomados nos 28 cursos.

Júlio, 12 anos, participa das oficinas de Porcelana Fria aos sábados. Junto com os colegas Samuel, 14, Mateus, 11 e Giovanni, 11, da 6ª série, costuma vir à escola nas tardes para fazer trabalhos ou participar dos projetos. Os meninos, que mantêm um desempenho dentro da média, são considerados exceções na escola. Nenhuma advertência por mau-comportamento, interesse dos pais pelo desempenho escolar e utensílios como computador e videogame revelam uma realidade na vida deles que não atinge à maioria dos estudantes.

Os garotos são unânimes quando afirmam gostar de morar no Morro do Pedregal, mas a mãe de Mateus pensa em se mudar da região. "Não sei, ela diz que não gosta", justifica o menino. Sobre a violência do local, eles falam com firmeza: "Minha vizinha quase levou um tiro na cabeça outro dia, mas hoje em dia, qualquer lugar é perigoso", observa Júlio.

Juliana Gomes

Adversidades econômicas do trabalho doméstico

Maria Laurentina e Zeneide Bennech são exemplos de profissionais que se deparam com um cotidiano de dificuldades financeiras e poucos direitos trabalhistas

Elas acordam cedo. Por volta das 7h30 chegam ao local de trabalho. A lista dos afazeres é sempre grande. Depois de pegar todo o material necessário – balde, vassoura, pano – dão início às atividades. A rotina é a mesma: varrer, lavar, esfregar, enxugar. É assim o dia-a-dia de Maria Laurentina, 54 anos, e de Zeneide Bennech, 47 anos, que trabalham fazendo limpeza em residências de estudantes próximas à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Apesar de terem as mesmas tarefas e deveres, Maria e Zeneide não possuem os mesmos direitos. Maria trabalha há sete anos em uma república onde moram seis universitários. Ela tem carteira assinada porque foi contratada como empregada doméstica. Já Zeneide é autônoma. O trabalho dela é de diarista. Como não tem carteira assinada, não possui vínculo empregatício.

Diferenças legais separam as empregadas domésticas das diaristas. As primeiras são amparadas por leis e instituições representantes da classe. Para as diaristas, não há nenhuma lei ou instituição representante para legalizar os direitos. Adriana da Rosa, advogada e presidente do Sindicato das Empregadas Domésticas de Florianópolis, explica que o Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina (TRT/SC) adota um entendimento de decisões e determina como empregada doméstica a profissional que trabalha mais de duas vezes por semana no mesmo local. “Essa é apenas uma postura, nada disso está na lei”, esclarece.

Antes de conseguir o emprego na república, Maria trabalhava em uma padaria. Quando o estabelecimento fechou, ela ficou desempregada. Em pouco tempo surgiu a oportunidade de

trabalhar para os estudantes. Ela gostou tanto de trabalhar para eles que hoje é considerada a “mãezona” da casa. Junto com o cachorro Popó, é a mais antiga integrante da república, pois durante os sete anos em que trabalha no local, moradores saíram e ela ainda continua na casa. “Esses meninos são como filhos pra mim. Eu chego antes do meu horário para preparar o café deles antes de irem para a aula”, conta.

Maria e todos os trabalhadores da categoria só podem reivindicar nove dos 34 direitos previstos na Constituição das Leis Trabalhistas (CLT). A lei garante um salário mínimo por mês (R\$ 415), o 13º salário e férias remuneradas. Entre os trabalhadores domésticos no Brasil, 62% têm remuneração entre um e dois salários mínimos por mês, de acordo com pesquisa do IBGE. Esse valor é aproximadamente três vezes menor do que a média entre todos os outros empregos no país.

A aposentadoria de Maria também está garantida, pois ela trabalha com carteira assinada. Tranqüila com a estabilidade do emprego, ainda que o retorno financeiro não seja totalmente satisfatório, ela não quer deixar de trabalhar com os estudantes. “Só vou me aposentar no dia em que a república fechar.”

Ao contrário de Maria, Zeneide optou por menos estabilidade na vida profissional e salários mais altos. “Eu trabalho bastante, mas ganho em média R\$ 950 por mês.” Viúva e mãe de três filhos, se ganhasse apenas um salário mínimo não teria como manter a casa. Foi essa necessidade que fez com que ela optasse por trabalhar como diarista. Preocupada com o futuro, paga como autônoma R\$ 45 reais por mês para a Previdência Social, o que lhe garantirá uma aposentadoria de um salário mínimo. “Eu tenho que pagar o INSS para ter alguma coisa no futuro.”

Um estudo divulgado, em fevereiro deste ano, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), apontou o Brasil como o segundo, entre os países da América Latina, com as maiores taxas de mulheres de baixa renda em empregos domésticos. A pesquisa concluiu que aproximadamente uma em cada quatro dessas mulheres estão em postos de trabalho doméstico. Zeneide e Maria fazem parte dessa estatística.



Maria trabalha com carteira assinada numa república de estudantes há sete anos

Outra forma de renda é saída para aumentar orçamento

Maria Laurentina, que trabalha como empregada doméstica em uma república estudantil, ganha um salário mínimo por mês. Os R\$ 415 são para o seu próprio sustento, pois sua filha é casada e independente financeiramente. “Eu consigo sobreviver com o que ganho porque não tenho mais filho para criar, porque senão não dava”, afirma.

Maria mora com uma amiga. Ela não precisa pagar aluguel e nem ajudar no pagamento das contas da casa. “Minha amiga tinha um quarto sobrando e me convidou para morar com ela, é por isso que eu vivo bem com o meu salário. Se eu tivesse que pagar aluguel, eu teria que gastar uns R\$ 400, e isso é praticamente tudo o que ganho.”

Os moradores da república

ajudam Maria nos gastos com alimentação. No final de cada mês eles contribuem com uma cesta básica para ajudá-la nas despesas. “A cesta não é básica, eles compram um monte de coisas gostosas”, conta, sorridente.

Nos últimos meses, Maria e os estudantes estão investindo em uma outra fonte de renda. Eles compram os ingredientes, e ela prepara empadões pré-assados para serem vendidos para os colegas da universidade. O dinheiro da venda é reembolsado pelos moradores para cobrir as despesas com os ingredientes e o lucro vai para a empregada doméstica. Assim, Maria encontrou uma segunda forma de ganhar dinheiro para aumentar o orçamento do mês. (D.C.)

Estatísticas

Perfil do trabalhador doméstico

- 94,3% dos trabalhadores são mulheres
- 61,8% são pretos ou pardos
- 64% têm menos de oito anos de escolaridade
- 65,6% não possuem carteira de trabalho assinada
- 62% recebem de um a dois salários mínimos por mês
- 30% contribuem com a Previdência Social

Fonte: IBGE



Bolsa de valores traz riscos para novatos

Durante a Expomoney, evento sobre investimentos e finanças pessoais realizado em Florianópolis, 5.420 pessoas lotaram auditórios nos dias quatro e cinco de junho. Eram esperadas no máximo três mil pessoas para as 35 palestras. No burburinho das imensas filas que rodeavam o Centro de Cultura e Eventos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), participantes confessavam a razão da presença: “vim aprender a ganhar dinheiro”.

Para confortar os que procuravam a salvação para suas contas, alguns palestrantes do evento aconselhavam: “ao comprar uma ação, você está comprando o seu emprego, o do seu filho”; “somente o investidor não precisa vender seu tempo para ganhar dinheiro, todos podem ser investidores”; “se você quer ficar rico, coloque parte da sua poupança em ações”. O perfil dos participantes surpreendeu os organizadores do evento. “Não esperávamos um público tão inexperiente. Geralmente aparecem pessoas que não entendem o mercado financeiro, mas não tantas quanto vieram para o evento”, admitiu um dos organizadores do evento, Robert Dannenberg.

Também palestrante, Cássia D’Aquino alerta sobre o perigo de apresentar os investimentos de forma simplista para pessoas pouco familiarizadas com esse setor. “Quem realmente conhece o mercado, se apavora com isso.” Para entender o mecanismo da bolsa de valores, os iniciantes devem estar munidos de informação sobre o mercado de ações. O professor do curso de Economia da UFSC Newton da Costa, aconselha recorrer a revistas, sites da internet e livros especializados. “É preciso conhecer como funciona um home-broker, a melhor maneira de se começar, conhecer bem seus gastos pessoais e investir, inicialmente, nas ações mais conhecidas, as bluechips”, emenda. Para o professor, nas palestras é necessário que se mostrem os altos riscos que acompanham esse mercado. Apesar do alto rendimento, as chances de não se obter faturamento a partir do dinheiro investido na bolsa é seis vezes maior do que na poupança.

Desde 2006, o número de investidores catarinenses quadruplicou. O potencial de interesse do público foi o maior motivo da realização da Expomoney pela primeira vez no estado. “Trouxemos o evento para cá, principalmente, pelo crescimento dos investidores. São 16 mil, e Santa Catarina já é o sexto no ranking nacional”, justifica Robert Dannenberg. O aumento acompanhou a média nacional. No Brasil, entre 2002 - quando começou o programa de popularização dos investimentos em ações promovido pela Bovespa - e 2007, o número de investidores pessoa física subiu de pouco mais de 85 mil para 456.557.

Grazielle Schneider

Paixão pelo esporte, lucro da empresa

Publicidade em competições é estratégia do setor 4x4 para vender automóveis de alto valor

Theo Ribeiro / Divulgação

Indústrias automobilísticas do setor 4x4 estão investindo diretamente em ações de marketing aliadas a práticas esportivas com esse tipo de carro. O objetivo é agregar valor emocional ao produto. "O cliente Mitsubishi não tem só um meio de transporte, mas um estilo de vida", garante a diretora de projetos especiais da marca, Corina de Souza Ramos. A diretora de marketing da Troller, Jaqueline Araripe, faz a mesma analogia: "nosso cliente não compra só um carro, compra um meio de vida. Nosso público é uma comunidade, uma tribo". Para "ser 4x4" – slogan da Mitsubishi – o cliente desembolsa R\$ 67.990 no modelo mais barato da marca. O mais caro custa R\$ 191.990. O único modelo produzido pela Troller custa R\$ 85 mil.

A estratégia de vender um estilo de vida para os clientes só funciona

porque as empresas criam o universo prometido para o seu consumidor. Concorrentes no mercado de carros 4x4, tanto Mitsubishi quanto Troller, usam as competições off-road para divulgar a marca e alavancar as vendas. Com isso, acabam, também, fidelizando o cliente. As duas empresas investem alto nas provas de rali como canal de comunicação com o consumidor. A Troller, por exemplo, faz o único e certo investimento em marketing no campeonato promovido pela própria empresa. Apesar de garantirem o retorno da iniciativa, nenhuma das empresas revela o valor total investido nestes campeonatos.

A primeira competição monomarca do país – nas quais só podem participar carros do mesmo fabricante que organiza a corrida – foi organizada pela Mitsubishi em 1994. Hoje, a empresa promove

três campeonatos: um de regularidade, outro de velocidade e outro de estratégia e aventura – Mitsubishi Motorsports, Mitsubishi Cup e Mitsubishi Outdoor, respectivamente. Os dois primeiros são constituídos de sete etapas; o último, de seis. Somados os três campeonatos, são aproximadamente 380 carros inscritos em cada etapa. A evolução dos campeonatos foi acompanhada pela evolução das vendas da marca no país. Em 1998, quando a primeira fábrica da indústria japonesa se instalou no Brasil, foram vendidos 629 carros. Em 2007, as vendas atingiram 24.525 unidades.

Seguindo a tendência do mercado, a Troller organizou o seu primeiro campeonato em 2003. Até então, a empresa cearense, criada em 1997 e comprada em 2006 pela Ford, mantinha uma equipe de fábrica que competia em provas nacionais



Na etapa do Mitsubishi Motorsports em São José dos Campos competiam 234 carros

e internacionais, com o objetivo de apresentar a marca ao público. Em 2002, a empresa passou a investir na relação direta com o cliente final e acabou com a equipe própria. No ano seguinte, aconteceu a primeira edição da Copa Troller. A última etapa da competição, realizada em

Curitiba, reuniu 187 carros. De acordo com a diretora de marketing da empresa, hoje são vendidos, em média, 160 carros por mês. A revenda da marca em Santa Catarina vendeu 60 carros em 2007.

João Gustavo Munhoz

Prática do off-road tem história em Santa Catarina

Explorado pelas empresas do setor desde a metade da década de 90, o esporte off-road é praticado desde o início da década de 80 no país.

Em Santa Catarina, o primeiro Jipe Raid reuniu 37 carros e aconteceu em outubro de 1986, em Florianópolis. Na época, o esporte começava a se difundir no país e as competições eram feitas com o veículo Jeep da marca Willys. Para participar, as duplas pagavam o equivalente a R\$ 50 de inscrição. As provas eram organizadas pelos Jipe Clubes e não eram classificadas como um campeonato.

Licia

Apenas em 1999, os Jipe Clubes de Santa Catarina organizaram um campeonato, padronizando regras e dando pontuação aos melhores colocados a cada prova. Em 2004, sentindo a necessidade de dar respaldo jurídico à competição, os clubes fundaram a Liga Catarinense Independente de Automobilismo para Esportes Off-Road e Regularidade (Licia). Hoje, a Licia reúne cerca de mil sócios em 11 Jipe Clubes.

A Copa Catarinense de Jipe RAID tem 11 etapas, cada uma sob a responsabilidade de um Jipe Clube, a um custo médio de R\$ 10 mil. Nesse valor estão inclusos a elaboração da prova, apuração dos pontos e confecção de camisas e troféus. (J.G.M.)



A Troller seguiu o modelo de publicidade já adotado pela Mitsubishi e realiza competições off-road pelo Brasil desde 2003

Competidores são público-alvo das marcas

O empresário Waldemiro Armino Veiga, 75 anos, participa da Mitsubishi Motorsports, das Copas Catarinense de RAID e Rali de Regularidade e de algumas etapas da Copa Gaúcha de RAID. Veiga pratica o esporte há 16 anos. "Todo fim de semana faço um Rali ou RAID."

Viciado nas competições, leva o esporte a sério. Sua dupla é formada por Eneida da Silva Jr – o "Bolacha" –, que recebe R\$ 1,5 mil por mês e não tem despesa alguma nas viagens que faz para competir. Além de ter contratado um navegador profissional, Veiga possui três carros preparados para as provas, revisados periodicamente por um mecânico exclusivo. O carro escolhido para uma determinada competição jamais vai rodando até o seu destino: Veiga tem um caminhão apenas para transportar os seus veículos. Ele e o navegador viajam de avião.

Somando todas as despesas de uma prova – inscrição, transporte,

hospedagem, alimentação e manutenção do carro –, Veiga calcula um gasto de R\$ 4 mil por etapa da Mitsubishi Motorsports, R\$ 1,5 mil por etapa da Copa Catarinense de RAID e R\$ 1,2 mil por etapa da Copa Catarinense de Rali. No Transparaná deste ano, maior RAID do país, que dura uma semana, Veiga estima ter gasto R\$ 16 mil.

Mais jovem, o empresário Acir Becker compete na Mitsubishi Motorsports e nas Copas Catarinense de RAID e de Rali de regularidade. Ao contrário de Veiga, vai dirigindo o seu carro, o mesmo utilizado na prova, até as cidades das competições. Além disso, sua filha é a navegadora e sua equipe conta com um patrocínio que alivia os gastos com as competições. Ele estima um investimento de R\$ 250 em cada uma das etapas dos campeonatos estaduais.

Becker é um representante típico do cliente que empresas como a Mit-

subishi e a Troller querem atingir. Em 2006, um amigo lhe falou dos campeonatos. Curioso, resolveu participar de uma etapa do Mitsubishi Motorsports no mesmo ano. Gostou tanto que comprou uma Pajero especialmente para as provas. Neste ano, garante que vai participar de todas as etapas do campeonato.

Oscar Schmidt pratica off-road há 18 anos e também participa de um campeonato monomarca. Com o filho, compete na Copa Troller desde 2002, ano em que abriu uma revenda da marca em Santa Catarina. Nessa competição, calcula gastar cerca de R\$ 500 por etapa – apenas com inscrição (o que inclui alimentação), transporte e hospedagem. O empresário lembra, no entanto, que outros gastos como pneus aumentam os custos das provas. Um jogo com quatro pneus novos, que dura uma temporada, custa em torno de R\$ 3,5 mil. (J.G.M.)

Ficha técnica

Manual das competições

As provas de Regularidade Avançada e Itinerário Desconhecido (RAID) ocorrem em trilhas pesadas onde só carros 4x4 têm a capacidade de percorrer. Nelas as duplas chegam a passar por rios, bambuzais e terrenos com erosões. Já nas competições monomarcas (Mitsubishi Motorsports e Copa Troller), apesar da obrigatoriedade do carro 4x4, o percurso é feito na área rural, em caminhos de terra, mais leves do que os do RAID. O carro 4x4 não é exigido nos Ralis de Regularidade (também conhecidos como Ralis Universitário) porque as provas são realizadas em estradas no interior das cidades.

Apesar das diferenças na elaboração das competições, a prática do esporte é a mesma para todas elas. Nesses campeonatos, os participantes devem controlar a velocidade e não ser os mais rápidos. Munido de uma planilha com dados como trechos, quilometragem e média horária, o navegador orienta o piloto em qual caminho seguir e que velocidade deve ser mantida em cada trecho. Ao longo da prova, existem os postos de controle (PC's), que monitoram o momento de passagem de cada veículo nos pontos estipulados pela organização. A cada décimo de segundo atrasado no PC, a equipe perde um ponto; a cada décimo de segundo adiantado, dois. A dupla que for mais regular (por isso rali de regularidade) perde menos pontos e vence a disputa.

Divã alternativo para tratar neuroses

Os Neuróticos Anônimos oferecem uma opção ao tratamento médico e promovem a cura pela aceitação

A reunião havia começado às 19h. Inicialmente, eles eram sete - três de cada lado, mais Aroldo*, responsável por coordenar o encontro naquele domingo. Sentado no centro, escorado na parede, ele puxa a oração da Serenidade.

Concedei-nos, Senhor, a serenidade necessária para aceitar as coisas que não podemos modificar, coragem para modificar aquelas que podemos e sabedoria para distinguir umas das outras.

Declamada em uníssono, é ela que dá início a mais um encontro dos Neuróticos Anônimos (N/A). Em reuniões realizadas uma vez por semana, sempre nos fundos da Igreja São Luiz, no bairro Agrônoma, em Florianópolis, um grupo de pessoas se reúne em volta de um único objetivo: a cura de suas doenças emocionais.

"Neurótica é uma criança emocional num corpo adulto", ressalta Aroldo, começando a leitura do 6º passo, de um total de 12, que, junto das 12 tradições e dos sete lemas, orientam aqueles que buscam ajuda no N/A. Toda a literatura veio dos Alcoólicos Anônimos (A.A.), foi adaptada às necessidades dos Neuróticos, em 1964, pelo americano Grover B. e, hoje, serve como guia aos cerca de 450 N/A espalhados pelo Brasil.

O grupo Serenidade representa a irmandade em Florianópolis. O programa começou em 1976, mas foi interrompido, retomando as atividades somente em 2002, através do esforço daqueles que tinham o único pré-requisito exigido para o ingresso: assumir e aceitar a sua doença. "As pessoas negam que estão doentes", lamenta Sandra*, uma das fundadoras do grupo. Muitas, segundo ela, ingressam, participam e vão embora. Algumas nem chegam a se recuperar. Outras até se curam, mas não entendem que é preciso reabastecer o grupo. "Retorno não funciona, é a tua experiência que conta aqui", esclarece ela.

A não existência desse retorno - em que um fala e o outro responde - é a principal característica da chamada terapia do espelho, adotada pelo N/A: as pessoas trocam experiências através dos diversos relatos e vão, assim, encontrando a própria saída. Não há conselhos, não são arranjadas soluções e não há ninguém - nem psicólogos - para apontar um caminho. "A única autoridade é o Deus. Ninguém manda aqui", observa Sandra.

Deus, para N/A, é o símbolo de um poder superior, independente da forma que



Supportar as máscaras e evitar o descontrole emocional estão entre os lemas trabalhados nos encontros semanais do N/A

é concebido. Para participar do grupo, não é preciso ter alguma religião específica. No terceiro passo do guia, a irmandade esclarece que a palavra "Deus" não pode ser uma barreira para os integrantes e, sim, uma afirmação: "Alguns aceitam essa realidade [da crença em um poder superior], outros não. E podemos perceber que são sempre os que não aceitam que permanecem emocional e mentalmente doentes e, por que não dizer, muitas vezes fisicamente doentes também".

Falar e escutar

Ao fim da leitura do 6º passo, os olhares voltam-se novamente para Aroldo. Depois de 15 minutos do início da reunião - agora, já eram nove pessoas - ele, tranquilamente, anuncia: "A palavra está aberta para quem quiser fazer uso por dez minutos". Naquele momento, são os seus olhos que se voltam aos integrantes, atravessando o silêncio que, em pouco tempo, é sutilmente interrompido. "Boa noite, meu nome é Carla* e eu sou uma neurótica em

recuperação."

De braços cruzados e olhos inquietos, Carla começa a contar como o grupo se tornou importante para ela. Os depoimentos, os encontros e o aprendizado a fizeram aceitar o egoísmo como uma parte de sua personalidade, permitindo que ela pudesse encontrar saídas. "Esse grupo salvou a minha vida. O que me faltava era a capacidade de amar, eu não sabia disso e me perdia. Eu sou agradecida demais, tenho prazer em vir e sei que o grupo também depende de mim", conta, encerrando o seu depoimento. "Peço

mais 24 horas em paz e serenidade."

Um "obrigado" conjunto ecoa na sala. Aroldo retoma a palavra e, em nome do grupo, se direciona a Carla. "Que o poder superior lhe conceda mais 24 horas em paz e serenidade", diz, antes de continuar. Novamente, mais dez minutos estavam disponíveis a quem quisesse se manifestar.

Entre Aroldo e os demais integrantes, algumas cadeiras foram dispostas lado a lado a fim de apoiar quatro pequenas placas, com dizeres e ilustrações. Em letra de forma, uma delas expõe um dos maiores lemas dos Neuróticos. "Só por hoje, evitarei o descontrole emocional." É essa idéia que permite aos neuróticos viverem o hoje, transformando a vida em pedacinhos mastigáveis.

Antes de chegar ao N/A, Joana* desconhecia essa forma de viver. Foi a última a se juntar ao grupo naquela noite e, depois de escutar o depoimento dos integrantes, pediu a palavra - e, também, desculpas pelo atraso.

Joana é síndica de um prédio e sofre de bipolaridade. Toma medicamentos, faz terapia e sabe da importância que cada um dos tratamentos tem. "Mas é nessa simplicidade do N/A que está a diferença", relata. Ao começar seu depoimento, ela admite que, antes de ingressar no grupo, não conseguia viver um dia por vez. "Eu me sinto um bebê no berçário aqui com vocês, mas eu sei que tem alguém cuidando de mim."

Foi esse alguém, talvez, o responsável por impedir Joana de se matar. Numa noite chuvosa, após ter saído de um encontro em família, com quem tem conflitos, ela acelerou o carro em uma avenida movimentada de Florianópolis. "Houve uma grande vontade de morrer, foram segundos de sentimentos e conflito interno, mas, ao mesmo tempo, houve uma vontade de renascer, um despertar de consciência. A energia como um todo me

fez permitir me dar uma chance", conta. Antes de finalizar o depoimento, ela olha para o grupo e, parecendo aliviada, garante que "aqui eu não estou usando nenhuma máscara".

As máscaras mencionadas por Joana estavam desenhadas em uma das placas presas junto às cadeiras. "Você pode suportá-las?", questionavam as letras destacadas. Abaixo da pergunta, várias faces coloridas, cada uma simbolizando sentimentos distintos, como ansiedade, raiva, culpa e medo.

Anônimos e responsáveis

O fato de não revelar a identidade dos seus membros não significa que o grupo seja secreto, pelo contrário. A irmandade organiza panfletos, possui cartão de apresentação e tem até uma revista, chamada "Novos Horizontes". O anonimato também não implica em se esconder. Os integrantes precisam estar sempre dispostos a auxiliar quem mais sofre. Afinal, como está escrito em outra plaquinha, "Quando alguém, seja onde for, estender a mão pedindo ajuda, quero que a mão de N/A esteja ali. E para isso: eu sou responsável".

Marcos* viveu o peso dessa responsa-

bilidade quando Maria*, sua esposa, precisou de ajuda. Ela achava que ninguém realmente a amava e conta que só foi perceber o valor que tinha quando descobriu estar com câncer. "Eu achava que para o meu marido, tanto fazia. E depois eu vi que não. Eu fiquei impressionada ao ver que tenho mais valor", relata. Foi com o apoio do marido que ela começou a frequentar o N/A.

Sentado ao seu lado, Marcos faz um carinho nela e, em seguida, toma a palavra. "Fiquei surpreso com o depoimento da minha esposa", revela, admitindo ser muito fechado e ter dificuldade em expor sentimentos. Olhando para a esposa, complementa: "Eu te amo, mais do que nunca". Para ele, poder participar dos encontros e expor os problemas é um ato muito nobre. "É como se fosse um oxigênio", avalia.

Ao final dos depoimentos, só faltava uma pessoa. Sentada ao lado de seu marido, que depois de um ano e meio voltava a frequentar o grupo naquele dia, ela tomou a palavra. "Eu sou Patrícia* e eu quero ingressar", declarou. Patrícia já havia participado de encontros voltados a familiares de alcoólatras, em razão dos problemas do marido, mas era a primeira vez que estava no N/A.

"Eu tenho a doença da negação. Não tenho determinação para fazer as coisas sozinha, tenho medo de assumir, medo de não conseguir", relata, com lágrimas nos olhos. "Eu acho que vai ser legal continuar, ouvir. Tenho que aceitar mais essas máscaras", declara, apontando para a plaquinha. Antes de dar por encerrada a reunião, Aroldo pega uma espécie de moeda verde, simbolizando o ingresso, e entrega na mão de Patrícia. Ao fundo, palmas, simbolizando o sentimento de pessoas que, como é dito em um dos folhetos publicados pela irmandade, não são ainda o que deveriam ser, o que gostariam de ser nem o que poderiam ser, mas, graças a Neuróticos Anônimos, já são mais do que eram.

*todos os nomes são fictícios, para preservar o anonimato dos integrantes

Mariana Hilgert

Estudo

Quem é neurótico?

Na pesquisa Experiência religiosa em grupos de auto-ajuda: o exemplo de Neuróticos Anônimos, da Universidade Regional Integrada (URI), do Rio Grande do Sul, o professor de Psicologia Marcelo Vial Roehle discute a realidade desse tipo de tratamento.

O estudo comprovou que as definições de neurose e neurótico perderam o significado e foram, de certa forma, vulgarizadas. Para Roehle, a popularização e a conseqüente inespecificidade do conceito de neurose contribuíram para que se extrapolasse os limites

da compreensão e intervenção profissionais, colaborando para o crescimento dos GAA (Grupos de Auto-Ajuda).

Para o grupo Serenidade, a definição envolve as emoções e a influência que elas têm na vida de cada um. No site do grupo, há um pequeno questionário com perguntas que dizem respeito ao sentido da vida, à vontade de cometer suicídio, ao medo da solidão, entre outras. Mas não espere por um diagnóstico conclusivo - é preciso que cada um se aceite para, assim, poder receber ajuda. (M.H.)

Dialeto italiano pode se tornar língua

Iphan estuda transformar talian, falado por mais de 500 mil pessoas no sul do Brasil, em bem imaterial

A cuia de chimarrão passa de mão em mão enquanto a conversa rola solta em uma tarde nublada de domingo. Histórias de décadas atrás ainda estão frescas na memória do casal Ricardo e Angelina Cristoffoli, de 80 e 74 anos, respectivamente, e da comadre de longa data, Elza Valmorbidá Carissimi, de 83. A peculiaridade da cena fica por conta da língua falada entre os três: o talian, um dialeto derivado de Vêneto, região norte da Itália. Devido ao contato dos imigrantes italianos com os brasileiros no final do século XIX, o talian sofreu alterações e transformou-se em um dialeto novo, bem diferente de outros falados na Itália, como o trentino e o bergamasco, e do italiano oficial.

Ao contrário de outros dialetos falados no Brasil, que perdem força com o passar dos anos, o talian é preservado através da prática no círculo familiar, principalmente no ambiente rural. O casal Cristoffoli e dona Elza vivem hoje em Balneário Camboriú, no litoral de Santa Catarina, mas moraram durante boa parte da vida em Concórdia, pequena cidade do oeste catarinense. Esta região foi uma das que mais recebeu imigrantes italianos ou vindos do Rio Grande do Sul, estado de D. Elza, que nasceu em Flores da Cunha. Os três senhores são apenas parte de uma estimativa que aponta cerca de 500 mil falantes do dialeto nos dois estados.



Dona Elza e o casal Cristoffoli preservam o dialeto com longas conversas diárias em talian

Este número poderia ser ainda maior, mas o talian, assim como outros dialetos italianos e também alemães, sofreu um duro golpe com a Campanha de Nacionalização do Estado Novo do governo de Getúlio Vargas, no final da década de 1930, que proibia o uso de idiomas estrangeiros em público. A censura e o medo fizeram com que pais e avós deixassem de ensinar o italiano ou dialetos para seus descendentes. Nas comunidades do interior, a ação da campanha foi menos violenta e é nestas regiões que se encontra, hoje, a maior concentração de

falantes de dialetos estrangeiros.

Apesar disso, as conseqüências da censura linguística são irreversíveis. O talian é falado por pessoas de uma faixa etária predominante entre 60 e 90 anos e o interesse dos filhos e netos desta geração em aprender a língua é mínimo. D. Elza se comunica em talian apenas com suas irmãs e filhas. "Eu não falo bem o português nem o italiano, é uma mistura. Começo em português e quando vejo já estou falando o talian", comenta, rindo da própria confusão.

Já o casal Cristoffoli não conseguiu

passar a tradição para os cinco filhos que, embora entendam, não falam o dialeto. "O talian vai acabar porque não tem com quem falar. Tentei ensinar minha neta, mas não tem ambiente para prática", diz D. Angelina.

Uma nova língua

Para evitar que parte tão importante da herança e tradição italianas se perca, surgiu no Rio Grande do Sul um movimento pela valorização e preservação do dialeto. Em 2005, o então deputado federal Francis-

co Turra (PP/RS) encaminhou um projeto para o Congresso Nacional para que o talian fosse reconhecido como língua.

Em março deste ano, foi realizado um seminário sobre a Criação do Livro de Línguas promovido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que também coordena a produção do Inventário Nacional de Diversidade Linguística. Em abril, o talian foi escolhido como um dos seis projetos-piloto que darão início ao Inventário e pode ser incluído no Registro de Bens Culturais de

Natureza Imaterial. Até o fechamento desta edição, o Iphan não deu um parecer sobre a situação atual do Inventário.

Embora a inclusão seja uma vitória, ser reconhecido como bem cultural imaterial não é suficiente para impedir que o talian seja esquecido em, no máximo, duas gerações. É o que diz Frei Rovílio Costa, de Erechim (RS), um dos maiores defensores do dialeto do sul do país. Ele acredita que o reconhecimento dará prestígio ao dialeto, mas o ideal para preservá-lo seria a regulamentação do ensino nas escolas. "Os municípios que pretendem valorizar e preservar o patrimônio que detêm deveriam propor o ensino do talian e também do italiano oficial. Aquele pelo intransferível valor familiar, este para não fugir às propostas do mundo global", pondera.

Frei Rovílio aprendeu o talian desde o berço e defende o valor deste dialeto como uma manifestação concreta da tradição italiana. A sua preservação se deu até hoje através da fala familiar espontânea quase intacta. "Mesmo que o talian deixe de ser falado dentro de cem anos, é uma forma de assegurar o retrato de um momento importante da nossa história brasileiro-itala. Brasileiro porque quem nasce no Brasil é brasileiro pelo jus solis, e itala porque quem tem sangue italiano, italiano é jus sanguinis", encerra.

Carolina Pompeo Grando

Louvando ao Senhor Jesus no idioma de Shakespeare

Para mostrar que a fé não tem pátria, grupo batista de Florianópolis organiza estudos da bíblia em inglês

Num domingo, às 10h da manhã, o pastor Jucan de Carvalho entra na igreja pela porta lateral. "O pessoal já está chegando", avisa. Ao fundo, ouvem-se hinos cristãos, entre eles a melodia Bethany, a mesma que toca no filme Titanic no momento do naufrágio. É o clima multilingüístico que vai se formando.

Solomon Amoah é o próximo a entrar. Nascido em Gana, país cuja língua oficial é o inglês, é ele quem vai ministrar o estudo bíblico em inglês, tarefa normalmente desempenhada por um pastor estadunidense que, por estar viajando, não pôde comparecer.

Em seguida, mais cinco pessoas chegam - quatro universitárias e a mãe de duas delas - e cada uma recebe uma edição bilíngüe de The New Testament of our Lord and Saviour Jesus Christ (O Novo Testamento do nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo, em tradução livre). Com seu exemplar em mãos, Amoah começa a sessão de estudos com uma oração de agradecimento. Tudo é feito em inglês.

As reuniões semanais são promovidas há cerca de um ano pela 2ª Igreja Batista de Florianópolis, localizada no Pantanal, graças a uma parceria com a Calvary Chapel, igreja evangélica criada nos Estados Unidos, que possui uma sede na Lagoa da Conceição. Cerca de 15 pessoas participam do encontro todo domingo. "O objetivo é estudar a palavra de Deus em inglês e atender ao interesse dos acadêmicos da UFSC", explica Jucan, que é batista há 30 anos e pastor há seis meses.

A Igreja Batista é conhecida no mundo todo por seus coros estonteantes e pela multidão presente em suas celebrações. No pequeno e aconchegante templo no Pantanal, ela peca no número de participantes, mas não na participação. Após os agradecimentos, Amoah puxa o coro: "God is good/ Deep deep down in my heart/ Deep deep down in my soul" ("Deus é bom/Bem no fundo no meu coração/Bem no fundo na minha alma", em tradução livre).

Dando seguimento aos estudos, o africano de 28 anos lê trechos e faz conexões entre livros e passagens do Novo e do Velho Testamento. O amplo conhecimento bíblico é resultado das leituras que começaram aos 16 anos. Amoah inicia com Neemias, capítulo quatro, vai para Ezequiel, lê um versículo, segue para Primeira Espístola de Pedro, volta para o livro II Reis e termina com alguns versículos da carta de São Paulo aos Efésios. Uma das estudantes auxilia quem não consegue acompanhar as transições, que além de serem em inglês, exigem rápidas trocas de página. "Ele [Deus] diz que a coisa mais importante é que tentemos ajudar uns aos outros", explica Amoah.

"É ótimo interpretar o texto na minha primeira língua. Às vezes acho que estou desaprendendo. Todas minhas aulas são em português, aqui eu posso ler e comentar a bíblia na minha língua", conta Amoah, que mora no Brasil há três anos, desde que começou a cursar



O ganense Amoah conduz os trabalhos no encontro dominical da Igreja Batista

Farmácia na UFSC.

O africano olha o relógio: já passa das 11h. Ele recomenda que os participantes leiam em casa o 16º capítulo do Evangelho de São João e pede para que alguém faça a oração final.

Uma das participantes se oferece. Ela abandona a língua estrangeira e, em bom português, agradece a Jesus.

Eduardo Wolff
Fernanda Friedrich

A Justiça atua dentro dos estádios

Programa Justiça Presente, único no país, agiliza trabalho da polícia ao julgar pequenos crimes durante partidas

Fotos: Camilla Brandalise

O estádio de futebol Orlando Scarpelli não estava cheio na noite da partida do Figueirense contra o Goiás, pelo Campeonato Brasileiro, em Florianópolis. Os cerca de 15°C espantavam os torcedores do time alvinegro. O público, de quase cinco mil pessoas, não preenchia nem um quarto das arquibancadas e o espaço da torcida adversária estava vazio. A bilheteria foi baixa, mas um pequeno grupo parecia satisfeito: os integrantes do programa Justiça Presente.

O programa é iniciativa do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e é único no país atuando em todas as partidas de futebol profissional. Começou em 2006 para agilizar o julgamento de crimes considerados leves que acontecem em eventos pelo estado com grande número de pessoas, principalmente partidas de futebol. Quem for pego provocando tumultos ou violência, por exemplo, é julgado em uma sala dentro do estádio, diminuindo a movimentação de patrulhas e policiais. "Para nós, foi fantástico, porque antes a polícia militar tinha que se deslocar direto para a delegacia. Hoje, um cuida do caso, enquanto o outro dá depoimento no mesmo local e já é liberado para continuar a trabalhar", conta o comandante de policiamento militar Anderson Sthanke. O comandante garante que mais de 100 policiais trabalham em função do jogo. "Quando é um clássico, aumenta-se para 250."

Neste ano, o programa atuou em 134 partidas e, em 12 delas, registrou 24 casos. Em 2007, foram 26 ocorrências em 24 dos 150 jogos. Agora, encerrado o Catarinão 2008, o Justiça Presente acompanha os clubes catarinenses nas séries A e B do Campeonato Brasileiro. Os últimos jogos foram tranquilos para o Juizado Especial Criminal Itinerante. Nenhum crime foi notificado pelos policiais e nem pela segurança do estádio nos jogos entre Figueirense e Sport, Avaí e Vila Nova, assim como no jogo contra o Goiás. O advogado Fabian Bittencourt explica que "quando são times pequenos ou de muito longe, as torcidas adversárias geralmente não causam problemas". O advogado diz também que casos mais graves não passam pela Justiça Itinerante: são encaminhados direto à delegacia para serem julgados na Justiça Comum.

Carlos José Laus, conhecido como "Bola", líder da torcida organizada Alvinegros, do Figueirense, acha que o programa não faz muita diferença para a diminuição da violência nos estádios. "Acredito que os torcedores não vão deixar de fazer confusão por



A comissão acompanha o trabalho da polícia, enquanto assiste ao jogo entre Figueirense e Goiás no camarote do Scarpelli

causa do programa. A grande maioria nem sabe que existe o Justiça Presente. O que acontece é que para a Polícia Militar o processo ficou mais eficiente, mais rápido." O comandante Sthanke complementa: "Para diminuir a violência nos estádios, não é esse tipo de programa que vai ajudar. Muitos torcedores nem conhecem o trabalho do programa e, se conhecem, muitas vezes não mudam de atitude por causa da presença do juizado". O gerente do projeto, Antônio Julião, afirma que o número de crimes nos estádios de futebol diminuiu com a implantação do programa, já que o projeto otimizou o trabalho da polícia, embora não haja dados concretos.

A atuação

A obrigação de assistir às partidas não agrada a todos os integrantes do juizado. Com cadeiras estofadas e um frigobar com água e refrigerante, o camarote "1" do Tribunal da Justiça

reúne grupos distintos. Na partida do Figueirense contra o Goiás, alguns assistiam ao jogo atentamente; outros estavam mais preocupados em deixar o estádio. A juíza mal podia esperar o final do jogo para ir para casa; o advogado perdeu uma festa de aniversário para trabalhar; e a delegada levou a neta para a partida. A promotora não compareceu. Da cabine onde permanecem, pode-se ver boa parte das arquibancadas, mas são os seguranças e policiais no estádio que prendem os infratores. A equipe é escolhida aleatoriamente a cada partida.

É para a sala branca, com poucas mesas e divisórias, que é encaminhado quem é pego pela polícia. O comandante é informado e o delegado desce do camarote para começar o processo. O material trazido pelo motorista do Tribunal da Justiça já está ali pronto para atender a comitiva. Eles acessam a internet através de computadores portáteis e im-

primem os documentos necessários para aplicar a pena no mesmo local. O delegado imprime um boletim de ocorrência, o escrivão judicial verifica os antecedentes criminais do infrator. Então, é realizada uma audiência, onde o torcedor pode aceitar a pena e assinar, junto à juíza, ou recusar a oferta. Se esse for o caso, o promotor de justiça arquiva o caso ou gera uma denúncia dando início à ação penal.

"A maioria é detida por porte de maconha, brigas, desacato à autoridade e invasão do campo de futebol", conta o escrivão Albuquerque. "Mas tivemos casos como um torcedor que pulou o muro do estádio

para não pagar ingresso e acabou quebrando algumas telhas, e outro que jogou uma pedra e quebrou o isopor de um ambulante. Ambos pagaram pelo estrago". As punições estão de acordo com o Estatuto do Torcedor (Lei n. 10.671/03), onde a pessoa que promover tumulto, praticar ou incitar violência, dentro e fora dos estádios, pode ser proibida

de assistir às próximas partidas do time ou pagar uma quantia determinada pelo juizado. A delegada Ester Coelho diz que o torcedor deve comparecer à Central de Polícia da cidade em questão em três partidas. Lá ele fica por quatro horas, sem poder ouvir ou assistir ao jogo.

Ocorrências

Agressões e faixas rasgadas

*No clássico Figueirense e Avaí, em março, houve cinco ocorrências, onde seis pessoas foram detidas: um torcedor agrediu outro sendo proibido de assistir à próxima partida do seu time, além de comparecer à delegacia durante as partidas. Outro torcedor foi detido por posse de maconha e pagou uma cesta básica de R\$ 400 para a Rede Feminina de Combate ao Câncer. Três torcedores foram detidos por desacato a autoridade. Desses, dois foram proibidos de assistir à próxima partida do time. Outro pagou R\$ 415 para a mesma instituição.

*Na partida Chapecoense e Metropolitano, em fevereiro deste ano, um torcedor rasgou a faixa da torcida adversária. Nos três meses seguintes, durante os jogos do time, o torcedor teve que permanecer na delegacia local.

*Em agosto de 2007, no jogo Figueirense e Botafogo, torcedores foram detidos por dirigir um carro lotado, sem cintos de segurança. Além de ofender a PM, descumpriram a ordem de parar. Pagaram três multas, um salário mínimo e permaneceram na delegacia nos três jogos seguintes do time. No mesmo jogo, uma mulher foi pega com maconha e encaminhada ao Fórum da capital.

Mesmo com penas brandas, alguns torcedores desrespeitam o acordo e são reincidentes nas ocorrências. Isso faz com que o acordo seja cancelado e o caso encaminhado para Justiça Comum. Albuquerque conta que um torcedor

“Eu acho que os torcedores não vão parar de fazer confusão. Acontece que, para a Polícia Militar, ficou mais rápido, mais eficiente”

Carlos José Laus
Líder de torcida

foi detido por consumo e porte de maconha dentro do estádio. "Ele teve que comparecer na delegacia por três jogos, assim como a maioria. Na última partida, os policiais desconfiaram dele e resolveram fazer a revista. Além de estar drogado, o esperto estava com maconha no bolso. Foi preso." O Juizado Especial Criminal é determinado pelo Tribunal de

Justiça, que libera a lista na semana dos jogos. A equipe não recebe remuneração pelo trabalho realizado nos estádios, porém existe um projeto de lei que pretende gratificar cada integrante por jogo.



O promotor de Justiça Raul Rogério Rabello é o responsável pela audiência imediata

ZERO

Danielle Reis

Estadual de pádel chega à 10ª edição

Mesmo sem grandes premiações, esporte leva jogadores de Santa Catarina à competição mundial no Canadá

Entre paredes fechadas, que rebatem a bola arremessada pelas raquetes das duas duplas adversárias, o Campeonato Catarinense de Pádel assopra dez velinhas este ano. O esporte, que pode ser considerado uma versão do tênis menos prestigiada, já que também se joga com raquete, bolinha, rede e quadra, ainda é pouco conhecido e incentivado no estado. Nessa edição, a maioria dos 207 inscritos é catarinense, principalmente de Joinville e Chapecó, mas também dividem espaço com paulistas, paranaenses, gaúchos e até argentinos.

O campeonato vai de abril a novembro e acontece em seis cidades de Santa Catarina, por etapas. O único prêmio em dinheiro, de R\$ 2 mil, vai para a dupla vencedora da 1ª categoria masculina. Os padelistas terão que pagar tudo do próprio bolso, pois a única verba disponibilizada pela Federação Catarinense de Pádel (FCP), responsável pela organização e patrocínio do campeonato estadual, vem dos fundos acumulados das inscrições dos campeonatos anteriores e das anuidades para a filiação. A inscrição do torneio custa R\$ 35 e a anuidade paga à Federação é R\$ 20. No ano passado, a FCP conseguiu uma ajuda de R\$ 170 mil do governo do estado através do Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte (Fundesporte) para usar na 9ª edição do campeonato.

Apesar das dificuldades, o pádel de Santa Catarina vem mostrando avanços no cenário nacional. O Campeonato Mundial, que acontece dos dias 23 a 30 de agosto, no Canadá, vai contar com um representante catarinense. O integrante da equipe masculina brasileira com mais seis atletas é um empresário de Itajaí de 23 anos. Stefano Flores, campeão da primeira etapa do campeonato estadual junto à sua dupla Matheus Simonato, foi a surpresa

da convocação, pois não tinha a intenção de se profissionalizar. O nome antes dado como certo era de Simonato, que foi convocado como suplente. Estudante de 17 anos, ele pretende se mudar no ano que vem para a Meca do pádel, a Espanha, para seguir carreira no esporte. "Aqui no Brasil não tem como fazer desse esporte profissão. Nos outros países também é difícil, então só resta a Espanha mesmo."

O pádel é bastante parecido com o tênis, mas ao contrário deste, é jogado obrigatoriamente em duplas. A diferença mais marcante é a quadra fechada com paredes que são usadas para recolocar a bola em jogo. Algumas, mais sofisticadas, utilizam vidro ou blindex no lugar das paredes, permitindo a visualização do jogo. O restante é cercado por telas ou alambrados de metal. O piso mais comum é o de cimento, mas pode ser de grama. A raquete, ao contrário da usada no tênis, é sólida e mais leve, pesando 380 gramas.

O público do esporte é formado predominantemente por estudantes e empresários na faixa etária de 20 a 40 anos. Embora em menor número, mulheres e crianças têm tido crescente participação tanto assistindo quanto jogando as partidas. Hoje, além de proliferarem em clubes e academias, as quadras de pádel vêm sendo usadas cada vez mais como opção de lazer nos condomínios fechados. O esporte é reconhecido como o "esporte da família". "Porque é muito fácil de jogar, não exige um condicionamento físico ou técnico muito rigoroso pra quem só quer praticar um hobby, e por isso é comum ver um pai com o filho disputando uma partida. E ainda dá pra se reunir depois dos jogos pra fazer um churrasquinho", garante Stefano Flores.

Tarsia Paula Farias



As diferenças do pádel para o tênis são as raquetes mais leves e quadras fechadas

História

Os anos de vida do esporte

A modalidade surgiu em 1890 quando passageiros de navios ingleses tentaram adaptar a prática do tênis ao espaço de bordo. No ano de 1924, na cidade de Nova York, o esporte passou a ser praticado em terra e chamado de *paddle tennis*. Em 1969, Enrique Corcuera construiu a primeira quadra

de pádel em um hotel em Acapulco, no México, e definiu suas dimensões e o regulamento que rege o esporte mundialmente. Em 1998, o pádel chegou ao Brasil pelo estado do Rio Grande do Sul, trazido por uruguaios e argentinos, e já conquistou desde então mais de 40 mil adeptos.

Investimento incentiva padelistas

A Lei de Incentivo à Cultura, Turismo e Esporte, instituída em 2005, prevê o uso de 5% da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do estado para projetos culturais, de turismo e de esporte. Através dessa lei foi criado o Fundesporte, que fomenta o esporte amador em Santa Catarina.

O sistema funciona através das empresas, que indicam ao governo o instituto para qual desejam entregar o dinheiro do imposto. O governo faz então o repasse de parte do valor arrecadado para a entidade de esporte amador, que deve ter seu projeto aprovado pelos Conselhos de Desenvolvimento Regionais (CDRs).

Incentivo

No ano passado, a Federação Catarinense de Pádel conseguiu uma ajuda do governo no valor de R\$170 mil. Lisandro González, presidente da FCP, conta que o investimento incentivou a participação dos atletas, já que passagens de ônibus para as cidades-sedes do torneio e parte da alimentação do campeonato de 2007 foram pagas com esse dinheiro. Diferente deste ano, em que há apenas um prêmio, o dinheiro conseguido no ano passado possibilitou ainda duas premiações. "Conseguimos fazer um bom trabalho também na divulgação, e deu pra pagar dois prêmios, um de R\$ 2 mil para a 1ª categoria feminina e outro de R\$ 3.300 para a 1ª categoria masculina", lembra González. (T.P.F.)

Basquete à beira mar | Entre atletas, rappers e platéia, cerca de 150 pessoas reuniram-se por dia na quadra improvisada na avenida Beira Mar, em Florianópolis, nos dias 31 de maio e 1º de junho. Na 3ª Seletiva Catarinense de Basquete de Rua, além do esporte de origem dos guetos norte-americanos, houve uma competição de enterradas. O time Los Muchachos classificou-se para a etapa do Rio de Janeiro, onde perdeu. Confira as fotos dos jogos, além do palco com rappers, grafiteiros e B-boys rodopiando, no www.zero.ufsc.br.

Fotos: Camilla Brandalise



ZERO



Proibido para menores de 60 anos

Nos primeiros Jogos Abertos da Terceira Idade de SC, quase mil atletas se reuniram, em quatro dias de esporte e muita festa, disputando troféus em dança, canastra, bocha, dominó e bolão 23

“Velho não se apaixona, velho gama”, explica o atleta de 72 anos, Hilário Perazoli. No grupo de jogadores de Caçador, os amigos se divertem conversando sobre o baile da noite anterior, no qual elegeram a rainha dos jogos. “Ela era bonita, elegante, simpática! Tirei ela pra dançar, claro”, conta Hilário. Os amigos já levantaram a ficha de Terezinha, que recebeu a faixa. “Sei que ela é separada. E dança muito bem”, revela Juventino Lazares, também de Caçador.

Eles e mais cerca de 900 atletas acima de 60 anos participaram dos primeiros Jogos Abertos da Terceira Idade de Santa Catarina (Jasti), organizados pela Federação Catarinense de Esporte (Fesporte). De 11 a 14 de junho, 89 municípios competiram nas modalidades bocha, bolão 23, dominó, canastra e dança coreográfica, em Chapecó, cidade do oeste catarinense. Prefeitura e Federação investiram R\$ 40 mil. Para competir, todos tiveram que apresentar atestado médico comprovando suas condições físicas, além de documento de identidade para provar que são maiores de 60 anos. Jogador de bocha, o lageano Lodovico Polese

completou 85 anos em 22 de junho, sendo o atleta mais velho.

Em abril e maio foram realizadas as eliminatórias regionais. “Itá [cidade do oeste catarinense] foi muito bem na regional de Seara”, informa a jogadora de dominó Leonora Simon, de 68 anos. “Mas a dupla feminina de canastra perdeu depois que o fiscal pegou nosso colega soprando o jogo pra elas.” Leonora joga com a irmã, Carlota Bohn, e as duas dizem que o dominó está no sangue. “Meu pai jogou dominó no último dia de vida dele”, conta Leonora.

Para evitar os truques das duplas, fiscais passavam entre as mesas brancas de plástico dos salões onde ocorriam as disputas de canastra e dominó. “Eles são perigosos! Quando vejo um sinal, chamo a atenção. E não adianta falar em alemão que eu entendo!”, brinca um dos fiscais. A vencedora do dominó feminino, Selma Betta, de Agrolândia, com 62 anos, conta que tem o costume de coçar o nariz. A adversária de Caçador, Egele Menegazzo, com 82 anos, acusou-a de fazer sinal à colega e chamou o juiz, que mandou Selma colocar as mãos embaixo da mesa. O filho de Egele, Afonso Menegazzo, 61 anos, também participou do Jasti jogando bolão 23, uma espécie de boliche de origem alemã. “Idoso é como criança, não gosta de perder”, explica. “Tem que mudar as regras, assim não dá pra roubar!”, brinca outra jogadora.

Competição em jogo

Os idosos reconhecem que o que querem mesmo é viajar e se divertir. “Trabalhamos demais na vida, agora queremos aproveitar”, fala o jogador de Itajaí, Osmi Koehler, 60 anos, com uma lata de cerveja na mão. “O Zé aqui, que aproveita demais, não pode ouvir música que quer dançar”, diz, enquanto o amigo tira uma atleta de Caçador para dançar no espaço criado para os intervalos das partidas. Os outros riem. “Olha lá! Tira foto disso!”. O casal logo se desfaz ao perceber a brincadeira. O objetivo dos jogadores pode não ser vencer, mas o ganhador de dominó masculino, Romualdo Almeida, admite: “É tudo brincadeira aqui, mas é tão gostoso ganhar”. Catarina Porto, após perder na bocha feminina, encontra a dupla masculina de canastra. “Perderam também?”, pergunta. O colega balança a cabeça e todos caem na risada. “Mas, na alegria, a gente ganha”, comenta a biguaçuense.

Horas antes, a dupla masculina de canastra de Biguaçu estava concentrada no jogo. Quem acompanhava de perto eram as esposas, que perderam nas eliminatórias regionais. Sem tirar os olhos da mesa, Maria Nazaré fala sobre as medalhas que o casal conquistou e conta que ensinou canastra para

os seis filhos. A amiga, Maria Regina Silva, de vez em quando sussurra algo. “Ele pegou o morto”, cochicha. Como os maridos estão perdendo, uma consola a outra: “Calma, é primeira fase, eles ainda têm chance.” A professora do grupo da Terceira Idade de Biguaçu recomenda que as amigas saiam do salão. “Vocês estão deixando eles nervosos”, avisa. Maria Regina discorda: “Que nada! Está todo mundo olhando, nós vamos olhar também”. Algumas mesas discutem a pontuação e o fiscal vem resolver o problema. O organizador pede silêncio pelo microfone, além de avisar que tem amendoim e balas. Mas ninguém pára de comentar os jogos, e o ba-

ruído continua, muito diferente do clima tenso das finais no sábado, quando qualquer comentário era seguido por um “shhh” geral.

No Dia dos Namorados, quinta-feira, alguns trouxeram as esposas ou os maridos. Outros deixaram a família em casa. “Já gastei todos os créditos do celular ligando pro meu marido”, comenta Maria de Lourdes, de 64 anos, que, no baile de sexta, saiu da festa algumas vezes para atender o celular. “Meu marido, só me vigiando: não vai dançar com esses gringos aí, hein!”, conta. Na noite do dia 12 foi realizada a competição de Dança Coreográfica. E nada de palminhas para o lado. As 23 equipes investiram em figurino, cenário e criatividade. A vencedora foi a de Chapecó, que dançou um tango argentino com o tema “Sonho Portenho”, ensaiado por dois meses. De salto alto, saias e flores vermelhas, o grupo, em trajes espanhóis, arrancou aplausos e gritos do ginásio lotado. Uma das favoritas, a de Lages, perdeu pontos por extrapolar o tempo de apresentação e acabou em terceiro lugar. As mulheres vestidas de borboletas deitavam, colocavam as pernas para o ar, giravam e, no final, levantaram no ar uma das dançarinas.

Novas modalidades

Uma Comissão de Acompanhamento foi montada pelo Conselho Estadual de Desportos para analisar e decidir novas modalidades para a próxima edição do campeonato. Além de vôlei adaptado, houve demonstração do handebol da terceira idade, pouco difundido no estado. A equipe de Itajaí, que existe há oito anos, joga atualmente contra equipes de São Paulo, para onde vão em setembro. Com a apresentação no Jasti, os atletas esperam que mais cidades catarinenses participem da competição estadual, programada para janeiro.

Nas modalidades adaptadas, algumas regras são alteradas. No handebol, por exemplo, metade

do time fica em cada lado do campo, não podendo cruzar a linha central, evitando que os atletas precisem correr demais. Mesmo assim, os competidores correm, pulam e arremessam com força. No jogo feminino, o truque é jogar no alto quando a goleira for baixinha. “Cuidado com aquela ali, ela vem com tudo, até chuta as jogadoras!”, avisa a goleira itajaiense. O técnico grita, pede mais defesa. A atacante Claudete diz que o técnico mandou fazer “cortina” e Florianópolis não sabe como se defender. “Acabei levando um tapa no rosto”, conta, rindo. Chapecó também perdeu para Itajaí. “A culpa foi da goleira”, sussurra uma chapecoense. Na platéia, os homens

entoam gritos de guerra. Com chocalhos, bumbos e pandeiros, gritam: “Vamos lá, mulherada bonita!”. Mas Ângelo Rescaroli, de 72 anos, avisa: “Nosso jogo é mais bonito! É mais violento porque a gente tem mais força”.

A decisão de incluir ou não novas modalidades é da Fesporte, que quer também mudar o mês de realização dos próximos jogos, já que os dias de competição foram gelados – a temperatura média foi de 6° C. Não há uma classificação

geral das cidades. Além da medalha de participação, recebida por todos os atletas, cada modalidade tem seus três melhores colocados, anunciados no almoço de encerramento no sábado, junto com a entrega de troféus aos primeiros lugares. Na ocasião, enquanto as cidades se reuniam, os jogadores contavam suas vantagens para quem perdeu, batiam fotos das equipes, conversavam com os novos amigos sobre o baile e contavam piadas. A jogadora de bocha de Presidente Getúlio, Cita Fabijaki, de 64 anos, conclui: “Essa coisa

que inventaram de Terceira Idade faz a gente viver mais”. Outras fotos dos Jasti no blog do ZERO: www.zero.ufsc.br

Livia Andrade

Junto à torcida, Ângelo Rescaroli avisa: “Nosso jogo é mais bonito que o feminino”



Avó em dia de rainha

Aos 65 anos, 55 quilos e 1,62 metros de altura, Terezinha Miriam Garcia foi coroada a Rainha dos Jogos. Natural de Florianópolis, mora em Chapecó há 30 anos, cidade que representou na disputa pela faixa. É com aulas de ginástica e dança que ela mantém o corpo que causou dúvidas sobre sua idade entre a platéia. Terezinha, que nunca havia participado de concursos de beleza, ficou emocionada com a premiação. “Dancei com todo mundo no baile, até com quem não conhecia”, confessa. Embora tenha recebido várias cantadas, avisa: “Agora só estou curtindo os netos”.